



ESTADO DO TOCANTINS  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**RESOLUÇÃO Nº 021, 09 de dezembro de 2009.**

*Dispõe sobre a aprovação do Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no período de 2010 a 2014*

**O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais e *ex vi* do disposto no art. 7º, inciso V, c/c art. 26 do seu Regimento Interno,

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a condução de um processo participativo na construção do planejamento, envolvendo a Presidência, a Corregedoria, a Diretoria Geral, Diretorias Setoriais, Servidores, Magistrados de 1ª e 2º Grau;

**CONSIDERANDO** a aprovação do Planejamento pelo Tribunal Pleno, conforme extrato de Ata da Sexta Sessão Extraordinária Administrativa de 09/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para o período de 2010-2014, conforme consolidação constante do Anexo I desta Resolução, sintetizado nos seguintes componentes:

I – Missão;

II – Visão;

III – Valores;

IV – Dezesseis objetivos estratégicos, quarenta e seis indicadores e quarenta e um projetos.

Art. 2º Fica estabelecido que a Proposta Orçamentária do Tribunal deverá ser alinhada ao Planejamento Estratégico, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.



ESTADO DO TOCANTINS  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

Art. 3º Serão realizadas reuniões trimestrais de análise da estratégia, para acompanhamento dos resultados e metas fixadas, oportunidade em que poderão ser promovidos ajustes, exclusão ou inclusão de indicadores e metas, além de outras medidas necessárias à melhoria do desempenho da atividade meio e/ou fim do Tribunal.

§ 1º As Reuniões de Análise da Estratégia serão coordenadas pelo Diretor-Geral, e deverá contar com a participação dos componentes da “Equipe de Líderes” e “Equipe de Líderes Ampliada”.

§ 2º A promoção de ajustes, exclusões, inclusões de indicadores e metas, excetuando as advindas da Presidência, somente será efetuada com a prévia aprovação pela Equipe de Líderes e, depois, referendada pela Presidência, que baixará o respectivo ato normativo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala de reuniões do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas, 09 de dezembro de 2009.**

*Desembargadora WILLAMARA LEILA*

***PRESIDENTE***

*Desembargador CARLOS SOUZA*

***VICE-PRESIDENTE***

*Desembargador BERNARDINO LUZ*

***CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA***

*Desembargador JOSÉ NEVES*



ESTADO DO TOCANTINS  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

*Desembargador ANTÔNIO FÉLIX*

*Desembargador DANIEL NEGRY*

*Desembargador LIBERATO PÓVOA*

*Desembargador MOURA FILHO*

*Desembargador MARCO VILLAS BOAS*

*Desembargadora JACQUELINE ADORNO*

*Juiz JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR*  
*(em substituição ao Desembargador LUIZ GADOTTI)*



**ESTADO DO TOCANTINS  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 021, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009  
Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito  
do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e dá outras providências.

**A Estratégia  
do Tribunal de Justiça do  
Estado do Tocantins**



**ESTADO DO TOCANTINS  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Planejamento Estratégico 2010-2014

**Desembargadora Willamara Leila**

Presidente

**Desembargador Carlos Souza**

Vice Presidente

**Desembargador Bernardino Lima**

Corregedor Geral de Justiça

**TRIBUNAL PLENO**

---

**Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA**

**Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY**

**Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA**

**Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA**

**Des. JOSÉ MARIA DAS NEVES**

**Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES**

**Des. AMADO CILTON ROSA**

**Des. JOSÉ DE MOURA FILHO**

**Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI**

**Des. MARCO ANTHONY STEVESON  
VILLAS BOAS**

**Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ  
BARBOSA**

**Des. BERNARDINO LIMA LUZ**

**GESTÃO 2009-2011**



## ESTADO DO TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### EQUIPES DE LÍDERES - RESOLUÇÃO TJ-TO N.º.019/2009

#### I – EQUIPE LÍDERES

**Desembargadora WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA**

Presidente do TJ-TO

**Desembargador CARLOS LUIZ SOUZA**

Vice Presidente do TJ-TO

**Desembargador BERNARDINO LIMA LUZ**

Corregedor Geral de Justiça

**Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS**

Magistrado 2º Grau

**Desembargadora JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA**

Magistrado 2º Grau

**JUIZ LUIS OTÁVIO FRAZ**

Magistrado 1º Grau

**JUÍZA SILVANA PARFIENIUK**

Magistrado 1º Grau

**ROSE MARIE DE THUIN**

Diretora Geral

**ROSANA NEDER ANDRADE**

Coordenadora da Assessoria Jurídica da Presidência

#### II – EQUIPE AMPLIADA

**Desembargadora JACQUELINE  
ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA**

Magistrado 2º Grau

**Desembargador MARCO ANTHONY  
STEVESON VILLAS BOAS**

Magistrado 2º Grau

**JUÍZA SILVANA PARFIENIUK**

Magistrado 1º Grau

**Juíz LUIS OTÁVIO FRAZ**

Magistrado 1º Grau

**DRA. ROSANA NEDER ANDRADE**

Coordenadora da Assessoria Jurídica da Presidência

**ROSE MARIE DE THUIN**

Diretora Geral

**GEOVAH DAS NEVES JUNIOR**

Diretor de Infra-estrutura

**MARIA LUIZA DA CONSOLAÇÃO  
PEDROSO NASCIMENTO**

Diretora da Escola Judiciária

**ANA MARIA PAIXÃO ATAYDE  
DEMÉTRIO**

Diretora de Gestão de Pessoas

**ADÉLIO DE ARAÚJO BORGES JÚNIOR**

Diretor Administrativo

**ALAOR JUAL DIAS JUNQUEIRA**

Diretor Financeiro

**CYNTHIA VALÉRIA CONCEIÇÃO AIRES**

Diretora de Comunicação Social

**MARINA PEREIRA JABUR**

Diretora de Controle Interno

**MARCO AURÉLIO GIRALDE**

Diretor de Tecnologia da Informação

**MARIA SUELY DE SOUZA AMARAL  
CURY**

Diretora Judiciária

#### III – EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

**JOSÉ ATÍLIO BEBER**

**ANNA PAULA DE ALMEIDA CAVALCANTI  
RIBEIRO**

**NEILIMAR MONTEIRO DE FIGUEIREDO**

**MÁRCIO RICARDO SCHUSTER  
PAULINE SABARÁ SOUZA**

## SUMÁRIO

MAPA ESTRATÉGICO .....	2
MISSÃO, VISÃO, VALORES .....	3
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COM INDICADORES DE MEDIÇÃO E PROJETOS RELACIONADOS .....	4
Tema Atuação Institucional .....	4
Tema Eficiência Operacional .....	9
Tema Alinhamento e Integração .....	16
Tema Acesso ao Sistema de Justiça .....	17
Tema Responsabilidade Social e Ambiental .....	22
Tema Gestão de Pessoas .....	23
Tema Infra-estrutura e Tecnologia .....	27
Tema Orçamento .....	31
FICHA DE INDICADORES, COM METAS DE LONGO PRAZO E ANUAIS .....	33
FICHA DE PROJETOS .....	57
PLANILHA DE PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS .....	128

# MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

**MISSÃO:** *Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz.*

SOCIEDADE

INTERNOS

PROCESSOS

RECURSOS

## VISÃO

Consolidar-se, até 2014, como Tribunal de Justiça comprometido com a sua Gestão Estratégica, mais moderno, eficaz e respeitado pela sociedade.

## VALORES

- ⇒ Comprometimento
- ⇒ Economicidade e Eficiência
- ⇒ Ética
- ⇒ Inovação e Cooperação
- ⇒ Presteza
- ⇒ Responsabilidade social
- ⇒ Transparência

### ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

### EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

### RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

Promover ações de responsabilidade social e ambiental.

### ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade.

Buscar continuamente a satisfação dos usuários.

### ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

Facilitar acesso à Justiça.

Promover efetividade no cumprimento das decisões

Incentivar meios de solução não adversarial de conflitos.

### GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e servidores.

Motivar e comprometer Magistrados e servidores com a execução da estratégia.

### INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

### ORÇAMENTO

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégias.

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis.



## PODER JUDICIÁRIO: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

### Missão:

Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz.

### Visão:

Consolidar-se, até 2.014, como um Tribunal de Justiça comprometido com a sua Gestão Estratégica, mais moderno, eficaz e respeitado pela sociedade.

### Atributos de Valor para a Sociedade:

- Comprometimento
- Economicidade e Eficiência
- Ética
- Inovação e Cooperação
- Presteza
- Responsabilidade Social
- Transparência

## Tema:

### Atuação Institucional (Grupo IX)

## Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições

## Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração do Judiciário Tocantinense com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

1. Índice de parcerias estratégicas.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1. Índice de parcerias estratégicas	Aumentar em 10% o índice de parcerias estratégicas até 2.014.						
	ND	5%	2%	1%	1%	1%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

31. Plano de publicidade e marketing
38. Disseminação de parcerias

## Tema:

### Atuação Institucional (Grupo IX)

## Objetivo Estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade

## Descrição do Objetivo:

Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense e da sociedade.

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

2. Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet.
3. Índice de inserções institucionais na mídia.
4. Índice de matérias institucionais positivas.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
2. Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet.	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras até 2.014.						
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
3. Índice de inserções institucionais na mídia.	Aumentar em 7% o número de inserções institucionais na mídia, até 2.014.						
	272	1%	1%	1%	2%	2%	
4. Índice de matérias institucionais positivas.	Obter 70% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2.014.						
	79,7%	50%	60%	70%	70%	70%	

## Projetos Relacionados:

---

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
3. Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado
5. Alteração da lei de organização judiciária
7. Reestruturação do plano de cargos e carreiras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
16. Vigilância eletrônica com monitoramento 24 horas para o Poder Judiciário do Tocantins
18. Segurança de Redes
23. Modernização da gestão patrimonial
24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
26. Totem de pesquisa processual
28. Implantação do sistema de controle estatístico e monitoramento de eficiência operacional
31. Plano de publicidade e marketing
40. TJ sustentável

## Tema:

### Atuação Institucional (Grupo IX)

## Objetivo Estratégico:

Buscar continuamente a satisfação dos usuários

## Descrição do Objetivo:

Instituir canal permanente de monitoramento do nível de qualidade dos serviços prestados e zelar pela transparência na gestão pública, oferecendo informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Tribunal de Justiça de Tocantins e seu desempenho institucional.

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

5. Índice de satisfação do cliente
6. Índice de reclamações atendidas na Ouvidoria

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
5. Índice de satisfação do cliente	Obter 60% índice de satisfação do usuário até 2.014.						
	ND	40%	50%	60%	60%	60%	
6. Índice de reclamações atendidas na Ouvidoria	Obter 95% de reclamações atendidas na Ouvidoria até 2.014.						
	ND	80%	85%	90%	95%	95%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
3. Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado
4. Elevar a arrecadação do Funjuris
5. Alteração da lei de organização judiciária
6. Reorganização do sistema jurídico de protocolo
7. Reestruturação do plano de cargos e carreiras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
8. Mapeamento e redesenho dos Processos Administrativos
9. Mapeamento e redesenho dos Processos Judiciais
10. Programa de especialização e aperfeiçoamento de Magistrados

11. Infra- estrutura e tecnologia para a ESMAT
12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário
14. Adequação do edifício da Corregedoria Geral de Justiça
15. Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
16. Vigilância eletrônica com monitoramento 24 horas para o Poder Judiciário do Tocantins
17. Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos, indexação e busca processual
19. Consolidação do ambiente de TIC
26. Totem de pesquisa processual
30. Gerenciamento de correspondências e malotes
31. Plano de publicidade e marketing
37. Comunicação visual
36. Construção de Anexo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
41. Tribunal on-line

Tema:

**Eficiência Operacional (Grupos II e III)**

Objetivo Estratégico:

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

7. Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
8. **Fórmula Proposta (TJ-TO) da** Taxa de Congestionamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
9. Produtividade do Magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
10. **Fórmula Proposta (TJ-TO) da** Produtividade do Magistrado (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
11. Índice de atendimento à demanda
12. Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)  
Observação: - Índice de agilidade no julgamento: Fórmula Proposta (TJ-TO) = Total de Sentenças / Total Processos Arquivados
13. Índice de processos antigos
14. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.
15. Índice de virtualização dos processos novos
16. Índice de agilidade na publicação dos acórdãos

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
7. Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas recursais e Juizados) <sup>1</sup>	Reduzir em 0,20% ao ano a taxa de Congestionamento, até 2.014.						
	7.1 - 2º Grau ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	7.2 - Justiça Comum (1º grau) ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	7.3 - Juizados ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	7.4 - Turma Recursal ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
8. Taxa de Congestionamento do TJ -TO Conhecimento e execução (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados) <sup>2</sup>	Reduzir para 0,20% ao ano Taxa de Congestionamento, até 2.014						
	8.1 - 2º Grau 60,35%	60,15%	59,95%	59,75%	59,55%	59,35%	
	8.2 - Justiça Comum 90,19%	89,99%	89,79%	89,59%	89,39%	89,19%	
	8.3 - Juizados 70,26%	70,06%	69,84%	69,64%	69,44%	69,24%	
	8.4 - Turma Recursal 40,41%	40,21%	40,01%	39,81%	39,61%	39,41%	
9. Produtividade do Magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados). <sup>3</sup>	Aumentar em 0,20% ao ano Produtividade do Magistrado, até 2.014.						
	9.1 - Justiça Comum ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	9.2 - Juizados ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	9.3 - 2º Grau ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	9.4 - Turma recursal. ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	

<sup>1</sup> O índice 7 será aplicado a partir de janeiro/2010, quando será excluído o indicador Taxa de Congestionamento do TJ-TO

<sup>2</sup> Hoje este indicador representa o total de processos congestionados, a partir de janeiro/2010 será subdividido entre conhecimento e execução para alimentar os indicadores 7 e 25.

<sup>3</sup> O indicador 9 será aplicado a partir de janeiro/2010, quando será excluído o indicador Produtividade do Magistrado do TJ-TO



10. Produtividade do Magistrado TJ – TO (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados) <sup>4</sup>	Aumentar em 0,20% ao ano Produtividade do Magistrado, até 2.014.					
	10.1 - Justiça Comum 410	411	412	413	414	415
	10.2 - Juizados 573	574	575	576	577	578
	10.3 - 2º Grau 171	171	172	172	173	173
	10.4 - Turma Recursal 73	73	74	74	75	75
11. Índice de atendimento à demanda	Aumentar em 0,20% ao ano o atendimento à demanda até 2.014.					
	11.1 - Justiça Comum 84,55%	84,75%	84,95%	85,15%	85,35%	85,55%
	11.2 – Juizados. 68,87%	70,07%	70,27%	70,47%	70,67%	70,87%
	11.3 - 2º Grau 70,81 %	80,01%	80,21%	80,41%	80,61%	80,81%
12. Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)  Fórmula Proposta (TJ-TO): Total de Sentenças / Total Processos Arquivados <sup>5</sup>	Aumentar em 0,20% ao ano o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2.014.					
	12.1 - 2º Grau 94,57%	94,77%	94,97%	95,17%	95,37%	95,57%
	12.2 - Justiça Comum 91,10%	91,30%	91,50%	91,70%	91,90%	92,10%
	12.3 - Juizado 99,43%	99,63%	99,83%	100%	100%	100%
	12.4 - Turma Recursal 97,25%	97,45%	97,65%	97,85%	98,05%	98,25%
13. Índice de processos antigos	Baixar em 0,20% ao ano o Índice de processos antigos, até 2.014.					
	13.1 - 2º Grau 86,07%	85,87%	85,67%	85,47%	85,27%	85,07%
	13.2 - Justiça Comum 78,47%	78,27%	78,07%	77,87%	77,67%	77,47%
	13.3 - Juizados 86,48%	86,28%	86,08%	85,88%	85,68%	85,48%

<sup>4</sup> Hoje este indicador representa o total da produtividade do Magistrado, a partir de janeiro/2010 será subdividido entre conhecimento e execução para alimentar os indicadores 9 e 26.

<sup>5</sup> Para a projeção das metas do item 12 foi considerado a fórmula [Total de Sentenças] / [Total Processos Arquivados], tendo em vista os dados da fase de conhecimento da fase de execução não estarem separados.

14. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.	Obter 65 % dos processos de aquisição de bens e serviços, finalizados no prazo padrão, até 2014.					
	ND	50%	55 %	60 %	65 %	65 %
15. Índice de virtualização dos processos novos.	Aumentar para 8% Índice de virtualização dos processos novos, até 2.014.					
	4,26%	4,26%	5%	6%	7%	8%
16. Índice de agilidade na publicação dos acórdãos.	Publicar 70% dos acórdãos dentro do prazo padrão (10 dias), até 2014 .					
	ND	0,5%	45%	50%	60%	70%

ND = Não disponível

### Projetos Relacionados:

6. Reorganização do sistema jurídico de protocolo judiciário
8. Mapeamento e redesenho dos Processos Administrativos
9. Mapeamento e redesenho dos Processos Judiciais
12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário
13. Promoção da Gestão de Pessoas por competência
17. Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos, indexação e busca processual
19. Consolidação do ambiente de TIC
21. Implantação de software para auditoria interna
22. Elaboração de manual técnico
23. Modernização da gestão patrimonial
25. Informatização do gerenciamento de contratos e convênios
28. Implantação do sistema de controle estatístico e monitoramento de eficiência operacional
32. Certificação digital

---

Tema:

---

**Eficiência Operacional (Grupos II e III)**

Objetivo Estratégico:

---

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Descrição do Objetivo:

---

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

---

17. Eficiência operacional
18. Eficiência na arrecadação de receitas
19. Redução do consumo de papel
20. Redução do consumo de água
21. Redução do consumo de energia
46. Redução do gasto com telefone

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
17. Eficiência operacional <sup>6</sup>	Diminuir para R\$ 1.315,00 o valor da despesa por processo, até 2014						
	R\$1.339,69	1.335,00	1330,00	1325,00	1320,00	1315,00	
18. Eficiência na arrecadação de receitas <sup>7</sup>	Aumentar para 4 % a relação receita / despesa até 2.014.						
	2,75%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	
19. Redução do consumo de papel	Reduzir em 3% o consumo de papel, até 2.014.						
	13.367 resmas <sup>8</sup>	0%	0%	1%	1%	1%	
20. Redução do consumo de água	Reduzir em 2% o consumo de água, até 2.014.						
	ND	0%	0%	0%	1%	1%	
21. Redução do consumo de energia	Reduzir em 2% o consumo de energia até 2.014.						
	ND	0%	0%	0%	1%	1%	
46. Redução de gasto com telefone	Reduzir em 2% o consumo de água, até 2.014.						
	ND	0%	0%	0%	1%	1%	

ND = Não disponível

Observação: Considera-se importante a adoção dos indicadores número 17. Eficiência operacional e 18. Eficiência na arrecadação de receitas. Entretanto, alguns dados propostos na fórmula de cálculo do CNJ não estão disponíveis no TJ-TO. Portanto a sua adoção ocorreu com modificações na fórmula de cálculo, excluindo-se as variáveis de depreciação (tipos de ativos), precatórios e recolhimentos.

## Projetos Relacionados:

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
4. Elevar a arrecadação do Funjuris
5. Alteração da lei de organização judiciária
6. Reorganização do sistema jurídico de protocolo
7. Reestruturação do plano de cargos e carreiras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
8. Mapeamento e redesenho dos Processos Administrativos
9. Mapeamento e redesenho dos Processos Judiciais
12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário
13. Promoção da Gestão de Pessoas por competência
14. Adequação do edifício da Corregedoria Geral de Justiça

<sup>6</sup> O cálculo foi efetuado considerando apenas:  $[\text{despesa total} - \text{investimentos}] / [\text{n.º processos baixados } 1^\circ \text{ e } 2^\circ \text{ grau}]$ , em razão da indisponibilidade de demais dados previstos na fórmula do CNJ, Estes dados disponíveis constam do orçamento e processos baixados no 1º e 2º grau, em 2008.

<sup>7</sup> O cálculo foi efetuado considerando apenas:  $[\text{receita de custas}] / [\text{despesa total} - \text{investimentos}]$ , em razão da indisponibilidade de demais dados previstos na fórmula do CNJ.

<sup>8</sup> Dados de 2008

15. Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
17. Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos, indexação e busca processual
18. Segurança de Redes
19. Consolidação do ambiente de TIC
20. Promoção da saúde e qualidade de vida dos Servidores e seus dependentes do Poder Judiciário
21. Implantação de software para auditoria interna
22. Elaboração de manual técnico
23. Modernização da gestão patrimonial
24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
25. Informatização do gerenciamento de contratos e convênios
30. Gerenciamento de correspondências e malotes
32. Certificação digital
33. Reestruturação e incrementação do FUNCIVIL
34. Gerenciamento eletrônico de documentos
36. Construção de Anexo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
40. TJ sustentável

Tema:

### Alinhamento e Integração (Grupos II e III)

### Objetivo Estratégico:

Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação com os tribunais

### Descrição do Objetivo:

Buscar a Gestão Participativa nas áreas administrativas e judiciais, através da efetiva participação de órgãos, Magistrados e servidores.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

22. Índice de gestão participativa
23. Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
22. Índice de gestão participativa	Número de reuniões trimestrais realizadas no prazo de 1 ano.						
	0	4	4	4	4	4	
23. Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2.014.						
	ND	1	1	1	1	1	

ND = Não disponível

### Projetos Relacionados:

8. Mapeamento e redesenho dos Processos Administrativos
9. Mapeamento e redesenho dos Processos Judiciais
10. Programa de especialização e aperfeiçoamento de Magistrados
13. Promoção da Gestão de Pessoas por competência
25. Informatização do gerenciamento de contratos e convênios
27. Monitoramento das metas e indicadores estratégicos
28. Implantação do sistema de controle estatístico e monitoramento de eficiência operacional
29. Realização de pesquisa de clima organizacional

**Tema:**

**Acesso ao Sistema de Justiça (Grupo IV)**

**Objetivo Estratégico:**

Facilitar acesso à Justiça

**Descrição do Objetivo:**

Promover o acesso ao Poder Judiciário Tocantinense, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

**Indicadores Relacionados ao Objetivo:**

24. Índice de acesso à justiça

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
24. Índice de acesso à justiça	Aumentar para 44% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014.						
	30%	35%	37%	39%	42%	44%	

**Projetos Relacionados:**

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
3. Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado
5. Alteração da lei de organização judiciária
6. Reorganização do sistema jurídico de protocolo
14. Adequação do edifício da Corregedoria Geral de Justiça
15. Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
16. Vigilância eletrônica com monitoramento 24 horas para o Poder Judiciário do Tocantins
17. Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos, indexação e busca processual
18. Segurança de Redes
19. Consolidação do ambiente de TIC
26. Totem de pesquisa processual

- 28. Implantação do sistema de controle estatístico e monitoramento de eficiência operacional
- 37. Comunicação visual
- 38. Disseminação de parcerias
- 41. Tribunal on-line



**Tema:**

**Acesso ao Sistema de Justiça (Grupo IV)**

**Objetivo Estratégico:**

Promover efetividade no cumprimento das decisões

**Descrição do Objetivo:**

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário Tocantinense, a fim de garantir que os direitos determinados pelos Magistrados alcancem resultados concretos para a população atendida.

**Indicadores Relacionados ao Objetivo:**

- 25. Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau e Juizados).
- 26. Produtividade do Magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
25. Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau e Juizados)	Reduzir para 0,20% ao ano, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.						
	25.1 - 2º Grau ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	25.2 - Justiça Comum (1º grau) ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	25.3 – Juizados (1º grau) – ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	25.4 - Turma Recursal (1º grau) ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
26. Produtividade e do Magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)	Aumentar para 0,20% ao ano a produtividade do Magistrado até 2.014 (esse percentual pode variar de acordo com a taxa de congestionamento de cada tribunal, de forma a eliminar a taxa de congestionamento em X anos).						
	26.1 - Justiça Comum ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	26.2 - Juizados ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
	26.3 - 2º Grau ND	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

---

8. Mapeamento e redesenho dos Processos Administrativos
9. Mapeamento e redesenho dos Processos Judiciais
10. Programa de especialização e aperfeiçoamento de Magistrados
12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário
13. Promoção da Gestão de Pessoas por competência
19. Consolidação do ambiente de TIC
27. Monitoramento das metas e indicadores estratégicos
28. Implantação do sistema de controle estatístico e monitoramento de eficiência operacional

**Tema:**

**Acesso ao Sistema de Justiça (Grupo IV)**

**Objetivo Estratégico:**

Incentivar meios de solução não adversarial de conflitos

**Descrição do Objetivo:**

Disseminar na sociedade os conceitos de composição de soluções para resolução de conflitos através da consciência coletiva de valores

**Indicadores Relacionados ao Objetivo:**

27 - Número de pessoas treinadas em mediação e conciliação

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
27. Número de pessoas treinadas em mediação e conciliação	Aumentar em 5% o número de pessoas capacitadas, até 2.014.						
	ND	1%	1%	1%	1%	1%	

ND = Não disponível

**Projetos Relacionados:**

- 10. Programa de especialização e aperfeiçoamento de Magistrados
- 12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário

Tema:

**Responsabilidade Social-Ambiental (Grupo VI)**

**Objetivo Estratégico:**

Promover ações de responsabilidade social e ambiental

**Descrição do Objetivo:**

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, com relação à sociedade e o meio ambiente.

**Indicadores Relacionados ao Objetivo:**

28. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
28. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	Aumentar em 10 % o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2.014.						
	5880	2%	2%	2%	2%	2%	

**Projetos Relacionados:**

40. TJ sustentável

## Tema:

Gestão de Pessoas (Grupo XII)

## Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia

## Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

29. Índice de alcance das metas
30. Índice do Clima Organizacional
31. Índice de absenteísmo
32. Índice de prevenção de saúde

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
29. Índice de alcance das metas	Alcançar 70 % das metas, até 2014						
	ND	50%	55%	60%	65%	70%	
30. Índice do Clima Organizacional	Aumentar para 65 % o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2.014.						
	ND	40%	45%	50%	60%	65 %	
31. Índice de absenteísmo <sup>9</sup>	Gerenciar 100% do absenteísmo até 2.014.						
	ND	100%	100%	100%	100%	100%	
32. Índice de prevenção de saúde	Aumentar para 80 % o índice de prevenção de saúde até 2.014						
	ND.	60%	70%	75%	80%	80%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

<sup>9</sup> A medição do absenteísmo será realizada após implantação do sistema de coleta de dados e gerenciamento de resultados, incluindo as comarcas.

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
3. Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado
5. Alteração da lei de organização judiciária
7. Reestruturação do plano de cargos e carreiras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
14. Adequação do edifício da Corregedoria Geral de Justiça
15. Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
16. Vigilância eletrônica com monitoramento 24 horas para o Poder Judiciário do Tocantins
17. Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos, indexação e busca processual
20. Promoção da saúde e qualidade de vida dos Servidores e seus dependentes do Poder Judiciário
22. Elaboração de manual técnico
27. Monitoramento das metas e indicadores estratégicos
29. Realização de pesquisa de clima organizacional
30. Gerenciamento de correspondências e malotes
31. Plano de publicidade e marketing
39. Implantação e modernização da Biblioteca

## Tema:

Gestão de Pessoas (Grupo XII)

## Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e servidores.

## Descrição do Objetivo:

Garantir que os Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

33. Índice de capacitação nas competências estratégicas
34. Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação
35. Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
33. Índice de capacitação nas competências estratégicas	Aumentar para 10 % o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014.						
	ND	2%	2%	2%	2%	2%	
34. Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014.						
	ND	70%	75%	80%	90%	100%	
35. Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Aplicar 3,0 % do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014						
	0,54%	0,8 %	1,5 %	2,0%	2,5 %	3,0%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

10. Programa de especialização e aperfeiçoamento de Magistrados
11. Infra- estrutura e tecnologia para a ESMAT
12. Implantação de projeto para educação presencial e a distância para os Servidores do Poder Judiciário
13. Promoção da Gestão de Pessoas por competência
27. Monitoramento das metas e indicadores estratégicos



## Tema:

### Infra- estrutura e Tecnologia (Grupo XIV)

## Objetivo Estratégico:

Garantir a infra- estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

## Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos Magistrados e Servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas.

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 36. Índice de aderência aos padrões mínimos de TI
- 37. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica
- 38. Índice de satisfação com as instalações físicas
- 39. Índice de condições de trabalho

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
36. Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	Atender 40% dos padrões mínimos de TI, até 2014						
	ND	20%	25%	30%	35%	40%	
37. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Aumentar para 50 % as unidades consideradas seguras						
	ND	30%	35%	40%	45%	50%	
38. Índice de satisfação com as instalações físicas	Aumentar para 45 % o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas, até 2014						
	ND	30%	35%	40%	40%	45%	
39. Índice de condições de trabalho	Atender 50 % dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais, até 2014.						
	ND	40	43	46	48	50	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

1. Construções de Sede própria em Comarcas
2. Reforma de sedes de Comarcas
3. Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado
6. Reorganização do sistema jurídico de protocolo
11. Infra- estrutura e tecnologia para a ESMAT
14. Adequação do edifício da Corregedoria Geral de Justiça
15. Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
16. Vigilância eletrônica com monitoramento 24 horas para o Poder Judiciário do Tocantins
18. Segurança de Redes
23. Modernização de gestão patrimonial
24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
25. Informatização do gerenciamento de contratos e convênios
26. Totem de pesquisa processual
27. Monitoramento das metas e indicadores estratégicos
30. Gerenciamento de correspondências e malotes
32. Certificação digital
34. Gerenciamento eletrônico de documentos
35. Sala cofre
36. Construção de Anexo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
37. Comunicação visual
39. Implantação e modernização da Biblioteca

## Tema:

**Infraestrutura e Tecnologia (Grupo XIV)**

## Objetivo Estratégico:

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

## Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 40. Índice de aderência às metas do PETI
- 41. Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia
- 42. Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
40. Índice de aderência às metas do PETI	Alcançar 40% das metas, até 2014						
	ND	20%	25 %	30%	35%	40%	
41. Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia	Aumentar para 40% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014						
	ND	20%	25 %	30%	35%	40%	
42. Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Aumentar para 40% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014						
	ND	20%	25 %	30%	35%	40%	

ND = Não disponível

## Projetos Relacionados:

11. Infra- estrutura e tecnologia para a ESMAT
18. Segurança de Redes
19. Consolidação do ambiente de TIC
21. Implantação de software para auditoria interna
24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
34. Gerenciamento eletrônico de documentos
35. Sala cofre
41. Tribunal on-line

---

Tema:

---

**Orçamento (Grupo XVI)**

**Objetivo Estratégico:**

---

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégias.

**Descrição do Objetivo:**

---

Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos e metas, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa

**Indicadores Relacionados ao Objetivo:**

---

- 43. Índice de orçamento estratégico
- 44. Índice de execução do orçamento estratégico

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
43 Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 10 % do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014						
	8,93%	9 %	9 %	9 %	9 %	10%	
44. Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.						
	3,04%	80%	85%	90%	95%	100%	

**Projetos Relacionados:**

- 4. Elevar a arrecadação do Funjuris
- 24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
- 33. Reestruturação e incrementação do FUNCIVIL

---

## Tema:

---

### Orçamento (Grupo XVI)

## Objetivo Estratégico:

---

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis

## Descrição do Objetivo:

---

Garantir que os recursos planejados (orçados) sejam efetivamente executados (realizados), evitando a implementação parcial de projetos alinhados aos objetivos estratégicos

## Indicadores Relacionados ao Objetivo:

---

45. Índice de execução do orçamento disponibilizado

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
45. Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014.						
	97,98%	90 %	90 %	95 %	100%	100%	

## Projetos Relacionados:

4. Elevar a arrecadação do Funjuris
7. Reestruturação do plano de cargos e carreiras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
20. Promoção da saúde e qualidade de vida dos Servidores e seus dependentes do Poder Judiciário
21. Implantação de software para auditoria interna
22. Elaboração de manual técnico
24. Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJ-TO
29. Realização de pesquisa de clima organizacional
33. Reestruturação e incrementação do FUNCIVIL

# ANEXO 1

## FICHA DOS INDICADORES

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 1

<b>INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia.
<b>O quê mede</b>	Percentual de parcerias com os demais poderes, setores e instituições que produziram resultados concretos para o alcance das metas estratégicas deste Tribunal
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Convênios firmados
<b>Por quê medir</b>	Avaliar o grau de eficiência das parcerias firmadas por este Poder Judiciário
<b>Como medir</b>	Total de parcerias externas ao TJ-TOCANTINS que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, sobre o total de parcerias vigentes no período.
<b>Situação atual</b>	Apesar de existirem parcerias, não foi possível levantar a situação atual.
<b>META</b>	Aumentar em 10% o índice de parcerias estratégicas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 5%; 2011: 2%; 2012: 1%; 2013: 1%; 2014: 1%.
<b>Observações</b>	Buscaremos parcerias estratégicas em todas as áreas que possam contribuir para o alcance das metas, inclusive nas questões de responsabilidade social. Equivale ao indicador 24 CNJ.

### INDICADOR 2

<b>INDICADOR: Índice informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Imagem da Instituição
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Sítio do Tribunal de Justiça do Tocantins
<b>Por quê medir</b>	Garantir a transparência das informações orçamentárias e financeiras.
<b>Como medir</b>	% entre informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet/total de informações orçamentárias e financeiras.
<b>Situação atual</b>	100% de informações disponibilizadas
<b>META</b>	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 100%; 2011: 100%; 2012: 100%; 2013: 100%; 2014: 100%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 27 CNJ.



## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 3

<b>INDICADOR: Índice de inserções institucionais na mídia</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Imagem da Instituição
<b>Quem mede</b>	Centro de Comunicação Social
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Veículos de Comunicação / Clipping.
<b>Por quê medir</b>	Para monitorar a imagem do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Como medir</b>	Quantidade de inserções na mídia, no período
<b>Situação atual</b>	Em 2009 foram feitas, aproximadamente, 272 inserções.
<b>META</b>	Aumentar em 7% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 1%; 2011: 1%; 2012: 1%; 2013: 2%; 2014: 2%.
<b>Observações</b>	Metas colocadas como um aumento percentual em relação à base de 2009. Equivale ao indicador 28 CNJ.

### INDICADOR 4

<b>INDICADOR: Índice de matérias institucionais positivas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Imagem da Instituição
<b>Quem mede</b>	Centro de Comunicação Social
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Veículos de Comunicação / Clipping
<b>Por quê medir</b>	Para monitorar a imagem do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Como medir</b>	% entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o tribunal, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o tribunal.
<b>Situação atual</b>	Estima-se que atualmente haja um índice de 79% de matérias institucionais positivas. No entanto tal desempenho está muito elevado e será de difícil manutenção.
<b>META</b>	Obter 70% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 50,%; 2011: 60%; 2012: 70%; 2013: 70%; 2014: 70%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 29 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 5

<b>INDICADOR: Índice de satisfação do cliente</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Satisfação dos usuários do Poder Judiciário do Estado do Tocantins em relação aos serviços oferecidos
<b>Quem mede</b>	Empresa especializada a ser contratada
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Estado do Tocantins (amostra estatisticamente representativa)
<b>Por quê medir</b>	Para melhorar o grau de satisfação dos usuários do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
<b>Como medir</b>	Através de pesquisa, em âmbito estadual, a ser feita por empresa qualificada.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada.
<b>META</b>	Obter 60% de satisfação do usuário até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 40%; 2011: 50%; 2012: 60%; 2013: 60%; 2014: 60%.
<b>Observações</b>	Considerando que não há linha de base para este indicador, a meta proposta poderá ser revista após a primeira medição. Equivale ao indicador 02 do CNJ.

### INDICADOR 6

<b>INDICADOR: Índice de reclamações atendidas na Ouvidoria</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Retorno às demandas que chegam à Ouvidoria Judiciária
<b>Quem mede</b>	Ouvidoria Judiciária
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Sistema da Ouvidoria
<b>Por quê medir</b>	Para garantir a resposta aos usuários que utilizam o serviço da Ouvidoria como canal junto ao Poder Judiciário.
<b>Como medir</b>	Número de reclamações atendidas no período
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Obter 95% de reclamações atendidas até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 80%; 2011: 85%; 2012: 90%; 2013: 95%; 2014: 95%.
<b>Observações</b>	Considerando que não há linha de base para este indicador, a meta proposta poderá ser revista após a primeira medição. Não apresenta equivalente na matriz de indicadores do CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 7

<b>INDICADOR: Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O percentual de processos novos e remanescentes, em relação ao total de processos
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégia e Estatística, junto com a Corregedoria
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.
<b>Como medir</b>	(Total de processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)
<b>Situação atual</b>	Não está disponível pois ele apresenta apenas a taxa de congestionamento da fase de conhecimento. Os dados disponíveis representam a taxa congestionamento de conhecimento e execução juntas conforme apresentado no indicador 8.
<b>META</b>	Reduzir em 0,20%, ao ano a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	A partir de janeiro de 2010, este indicador estará disponível, quando será excluído o indicador 8 (Taxa de Congestionamento do TJ-TO). Hoje as informações prestadas pela Corregedoria não estão divididas entre conhecimento e execução.

### INDICADOR 8

<b>INDICADOR: Taxa de congestionamento do TJ/TO Conhecimento e Execução</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O percentual de processos novos e remanescentes, em relação ao total de processos
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégia e Estatística, junto com a Corregedoria
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.
<b>Como medir</b>	(Total de processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes).
<b>Situação atual</b>	2º Grau 60,35%, Justiça Comum 90,19%, Juizados 70,26% e Turma Recursal 40,41%.
<b>META</b>	Reduzir em 0,20%, ao ano a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	Hoje este indicador representa o total de processos congestionados, A partir de janeiro/2010, será subdividido entre conhecimento e execução para alimentar os indicadores 7.3 e 25.17.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 9

**INDICADOR: Produtividade do Magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados).**

<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	A média de processos julgados por Magistrado.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégia e Estatística, junto com a Corregedoria
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para aumentar a produtividade média dos julgados por Magistrado.
<b>Como medir</b>	Total de Julgados / Total de Magistrados.
<b>Situação atual</b>	Não se tem o número exato de processos de conhecimento, apenas o número total conhecimento e execução.
<b>META</b>	Aumentar em 0,20% ao ano a produtividade do Magistrado até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	A partir de janeiro de 2010, este indicador estará disponível, quando será excluído o indicador 10 (Produtividade do Magistrado do TJ-TO). Hoje as informações prestadas pela Corregedoria não estão divididas entre conhecimento e execuções.

### INDICADOR 10

**INDICADOR: Produtividade do Magistrado TJ/TO**

<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	A relação média dos processos judiciais julgados por Magistrado.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística, junto com a Corregedoria.
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para acompanhar a agilidade média dos julgados por Magistrado.
<b>Como medir</b>	Total de Julgados / Total de Magistrados
<b>Situação atual</b>	Justiça Comum 410, Juizados 573, 2º Grau e Turma Justiça Comum 410, Juizados 573, 2º Grau e Turma Recursal 73.
<b>META</b>	Aumentar em 0,20% ao ano a produtividade do Magistrado até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	Hoje este indicador representa o total da produtividade do Magistrado, A partir de janeiro/2010 será subdivido entre conhecimento e execução para alimentar os indicadores 9.4 e 26.18, separadamente.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 11

<b>INDICADOR: Índice de atendimento à demanda</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Percentual de capacidade de atendimento em relação à demanda (novos casos).
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística, junto com a Corregedoria.
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar a necessidades de ampliação da capacidade.
<b>Como medir</b>	Processos baixados / casos novos
<b>Situação atual</b>	Atualmente estima-se que a taxa está em 84,55% Justiça Comum, Juizados 68,87% e 70,81% em 2º Grau.
<b>META</b>	Aumentar para 0,20% ao ano o atendimento à demanda, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 5 CNJ.

### INDICADOR 12

<b>INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Celeridade no julgamento de processos
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégia e Estatística, junto com a Corregedoria.
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar qual a quantidade de processos que é possível atender em menos de um ano.
<b>Como medir</b>	% entre total de sentenças / pelo total de casos finalizados. Fase de conhecimento e execuções.
<b>Situação atual</b>	2º Grau 94,54%, Justiça Comum 91,10%, Juizados 99,43 e Turma Recursal 97,25%.
<b>META</b>	Aumentar em 0,20% ao ano o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, da sentença até o arquivamento, até 2014, em relação a 2009.
<b>istribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	Para a projeção das metas do indicador 12.6, foi considerada a fórmula [Total de Sentenças] / [Total Processos Arquivados], tendo em vista os dados da fase de conhecimento da fase de execução não estarem separados. Essa meta não pode ser demasiado agressiva em função de que não tem gestão sobre os atores do processo tais como ministério público, defensoria, etc, e sobre os procedimentos legais.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 13

<b>INDICADOR: Índice de processos antigos</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Proporção dos processos antigos entre os processos pendentes.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégia e Estatística, junto com a Corregedoria.
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar se o tempo de duração do processo judicial está dentro do aceitável.
<b>Como medir</b>	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes.
<b>Situação atual</b>	2º Grau 86,07%, Justiça Comum 78,47 e Juizados 86,48.
<b>META</b>	Baixar em 0,20% ao ano o índice de processos antigos até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	Como a definição do CNJ é de tratar todos os processos no horizonte de 2 anos, estabelece-se uma eficácia de 1% a ser atingida em 2014. Equivale ao indicador 7 CNJ.

### INDICADOR 14

<b>INDICADOR: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Percentual de processos de aquisição completados dentro do prazo em relação ao total
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Junto à Diretoria Administrativa
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar e promover melhoria do trâmite dos processos internos.
<b>Como medir</b>	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total do prazo definido para cada modalidade.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Obter 65% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 50%; 2011: 55%; 2012: 60%; 2013: 65%; 2014: 65%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 8 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 15

<b>INDICADOR: Índice de virtualização dos processos novos</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Quantidade percentual de processos virtualizados, dentro do total de novos processos
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Sistema Projudi e Mapa estatístico da CGJ
<b>Por quê medir</b>	Para aumentar o número de processos virtualizados.
<b>Como medir</b>	% de processos novos eletrônicos/ total de processos novos.
<b>Situação atual</b>	4,26%
<b>META</b>	Aumentar para 8% o índice de virtualização dos processos novos, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 4,26%; 2011: 45%; 2012: 50%; 2013: 60%; 2014: 70%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 9 CNJ.

### INDICADOR 16

<b>INDICADOR: Índice de agilidade na publicação dos acórdãos</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Percentual de acórdãos publicados no prazo regulamentar de 10 dias em relação ao total
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Monitorar do julgamento até a publicação do acórdão
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar se os acórdãos estão sendo publicados dentro do prazo regulamentar.
<b>Como medir</b>	% entre acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias/ total de acórdãos a publicar.
<b>Situação atual</b>	Indisponível no momento
<b>META</b>	Publicar 70% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,50%; 2011: 45%; 2012: 50%; 2013: 60% 2014: 70%
<b>Observações</b>	A partir de novembro de 2009, esta informação será monitorada mensalmente do julgamento até a publicação do acórdão.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 10 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 17

<b>INDICADOR: Eficiência operacional</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Custo dos processos julgados no ano
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira/Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Sistema Financeiro e Orçamentário
<b>Por quê medir</b>	Para controlar as despesas face à produtividade do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
<b>Como medir</b>	(Despesa Total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação) / Processos Baixados. Divisão em 1º e 2º grau conforme possibilidade.
<b>Situação atual</b>	Estimado em R\$ 1.339,69.
<b>META</b>	Diminuir para R\$ 1.315,00 o valor da despesa por processo, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: R\$ 1.335,00; 2011: R\$ 1.330,00; 2012: R\$ 1.325,00; 2013: R\$ 1.320; 2014: R\$1.315,00
<b>Observações</b>	O cálculo foi efetuado considerando apenas: [despesa total - investimentos]/[n.ºprocessos baixados 1º e 2º grau], em razão da indisponibilidade de demais dados previstos na fórmula do CNJ. Dados orçamento e processos baixados 1º e 2º grau em 2008. Equivale ao indicador 11 CNJ.

### INDICADOR 18

<b>INDICADOR: Eficiência na arrecadação de receitas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Percentual das receitas em relação às despesas totais do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira/Gestão Estratégica - Planejamento e Orçamento.
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	No Sistema Financeiro e Orçamentário
<b>Por quê medir</b>	Para maximizar a capacidade sustentabilidade, equilibrar e gerir o orçamento da Instituição.
<b>Como medir</b>	(Receitas de Custas + Recolhimentos Diversos + Recolhimento INSS + Recolhimento IR) / (Despesa Total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação).
<b>Situação atual</b>	2,75%
<b>META</b>	Aumentar para 4 % a relação receita / despesa até 2.014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,25%; 2011: 0,25%; 2012: 0,25%; 2013: 0,25%; 2014: 0,25%.
<b>Observações</b>	O cálculo foi efetuado considerando apenas: [receita de custas] / [despesa total – investimentos], em razão da indisponibilidade de demais dados previstos na fórmula do CNJ. Equivale ao indicador 12 CNJ.



## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 19

<b>INDICADOR: Redução do consumo de papel</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O consumo de papel utilizado em um determinado período.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Serviço de Almoarifado
<b>Por quê medir</b>	Otimizar a utilização de papel no âmbito do Poder Judiciário a fim de evitar desperdícios.
<b>Como medir</b>	Varição da quantidade de resmas de papel utilizado no período, em relação ao período anterior.
<b>Situação atual</b>	13.367 resmas
<b>META</b>	Reduzir em 3% o consumo de papel, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0%; 2011: 0%; 2012: 1%; 2013: 1%; 2014: 1%.
<b>Observações</b>	Dados de 2008 Corresponde ao indicador 13 CNJ.

### INDICADOR 20

<b>INDICADOR: Redução do consumo de água</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O consumo de água utilizado em um determinado período
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades do Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Para racionalizar o consumo de água a fim de evitar os desperdícios.
<b>Como medir</b>	Varição da quantidade de água utilizada no período em relação ao período anterior.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Reduzir em 2% o consumo de água, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0%; 2011: 0%; 2012: 0%; 2013: 1%; 2014: 1%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 14 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 21

<b>INDICADOR: Redução do consumo de energia</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O consumo de energia utilizado em um determinado período.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades deste Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Racionalização e redução no consumo de energia deste Tribunal.
<b>Como medir</b>	Variação da quantidade de energia utilizada no período em relação ao período anterior.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Reduzir em 2% o consumo de energia, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0%; 2011: 0%; 2012: 0%; 2013: 1%; 2014: 1%.
<b>Observações</b>	Corresponde ao indicador nº 15 CNJ.

### INDICADOR 22

<b>INDICADOR: Índice de gestão participativa</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Monitora o acompanhamento da execução da estratégia
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Junto à Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Por quê medir</b>	Para garantir a execução do planejamento estratégico em todos os níveis e promovendo a continuidade da estratégia do Poder Judiciário.
<b>Como medir</b>	% entre reuniões de execução da estratégia realizadas/ reuniões previstas no período.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada.
<b>META</b>	Realizar 04 reuniões por ano.
<b>Distribuição</b>	2010: 4; 2011: 4; 2012: 4; 2013: 4; 2014: 4.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 20 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 23

<b>INDICADOR: Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	A troca de experiências entre os Tribunais
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades deste Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Aproveitar os conhecimentos de outros Tribunais buscando a integração da Justiça.
<b>Como medir</b>	Total de práticas implantadas durante o ano no Tribunal
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 1; 2011: 1; 2012: 1; 2013: 1; 2014: 1
<b>Observações</b>	Corresponde ao indicador nº 22 CNJ.

### INDICADOR 24

<b>INDICADOR: Índice de acesso à justiça</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Localidades em que o Poder Judiciário chega de alguma forma.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Municípios atendidos com algum tipo de serviço do Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Para promover o acesso à Justiça.
<b>Como medir</b>	% entre municípios atendidos / Total de municípios
<b>Situação atual</b>	30,00%
<b>META</b>	Aumentar para 44% os municípios atendidos pelo Poder Judiciário, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 35% 2011: 37%, 2012: 39%, 2013: 42%, 2014: 44%.
<b>Observações</b>	Corresponde ao indicador nº 16 do CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 25

<b>INDICADOR: Taxa de Congestionamento de execuções Cíveis (1º grau, 2º grau e Juizados)</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O percentual de processos novos e remanescentes, em relação ao total de processos.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística, junto com a Corregedoria.
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.
<b>Como medir</b>	1 – (Processos de Execução Cíveis Baixados / (Casos Novos Exec. Cíveis + Pendentes Exec Cíveis – Exec. Cíveis Suspensas)).
<b>Situação atual</b>	Não está disponível pois ele apresenta apenas a taxa de congestionamento da fase de execução. Os dados disponíveis representam a taxa congestionamento de conhecimento e execução juntas conforme apresentado no indicador 8.
<b>META</b>	Reduzir em 0,20%, ao ano a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	A partir de janeiro de 2010 este indicador estará disponível. Pois hoje as informações prestadas pela Corregedoria não estão divididas entre conhecimento e execução.

### INDICADOR 26

<b>INDICADOR: Produtividade do Magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	A relação média dos processos judiciais julgados por Magistrado
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística, junto com a Corregedoria
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	Diretamente nas unidades judiciárias
<b>Por quê medir</b>	Para acompanhar a agilidade média dos julgados por Magistrado.
<b>Como medir</b>	Total de Julgados / Total de Magistrados
<b>Situação atual</b>	Não se tem o número exato de processos de execução, apenas o número total conhecimento e execução.
<b>META</b>	Aumentar em 0,20% ao ano a produtividade do Magistrado até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,20%; 2011: 0,20%; 2012: 0,20%; 2013: 0,20%; 2014: 0,20%.
<b>Observações</b>	A partir de janeiro de 2010 este indicador estará disponível. Pois hoje as informações prestadas pela Corregedoria não estão divididas entre conhecimento e execução.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 27

<b>INDICADOR: Número de pessoas treinadas em mediação e conciliação</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Quantidade de pessoas treinadas especificamente em mediação e conciliação.
<b>Quem mede</b>	ESMAT/Escola Judiciária/Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Junto às Escolas do Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Demonstrar o número de pessoas capacitadas em meios de resolução não adversarial de conflitos
<b>Como medir</b>	Total de pessoas treinadas
<b>Situação atual</b>	Não mensurada.
<b>META</b>	Aumentar em 5% a quantidade de parceiras estratégicas.
<b>Distribuição</b>	2010: 1%; 2011: 1%; 2012: 1%; 2013: 1%; 2014: 1%
<b>Observações</b>	Não apresenta indicador equivalente na matriz do CNJ.

### INDICADOR 28

<b>INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Quantitativo de pessoas que participaram de projetos cujo foco seja o benefício social
<b>Quem mede</b>	Centro de Comunicação Social/Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Junto aos gestores dos projetos
<b>Por quê medir</b>	Para avaliar o alcance das ações de responsabilidade social do Poder Judiciário.
<b>Como medir</b>	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
<b>Situação atual</b>	Em 2009 (até setembro) foram beneficiadas 5.880 pessoas.
<b>META</b>	Aumentar em 10% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 2%; 2011: 2%; 2012: 2%; 2013: 2%; 2014: 2%.
<b>Observações</b>	A linha de base 2009 foi apurada face aos projetos realizados como doação de computadores a instituições sociais, visitas a presídios com realização de apresentações culturais. Corresponde ao indicador 19 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 29

<b>INDICADOR: Índice de alcance das metas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O percentual de metas estratégicas alcançadas por este Tribunal
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades deste Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Avaliar o grau de comprometimento das pessoas através do envolvimento e a melhoria do desempenho.
<b>Como medir</b>	% de metas estratégicas alcançadas e o total de metas estratégicas.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Alcançar 70% das metas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 50%; 2011: 55%; 2012: 60%; 2013: 65%; 2014: 70%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 33 CNJ.

### INDICADOR 30

<b>INDICADOR: Índice do Clima Organizacional</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Percepção do corpo funcional quanto aos fatores que causam impacto na motivação e produtividade no trabalho.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades deste Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Avaliar os efeitos das ações e projetos estratégicos junto colaboradores e com isso direcionar correções nos pontos frágeis.
<b>Como medir</b>	% entre as avaliações positivas sobre o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação). Segundo formulário de pesquisa padronizado pelo CNJ.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 40%; 2011: 45%; 2012: 50%; 2013: 60%; 2014: 65%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 34 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 31

<b>INDICADOR: Índice de absenteísmo</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Nível de ausências ao trabalho, dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Para gestão do grau de comprometimento dos servidores; para subsidiar plano de valorização e apoio ao colaborador e a seus dependentes e para fomentar políticas da Gestão de Pessoas: motivação, manutenção e desenvolvimento de talentos.
<b>Como medir</b>	% entre as ausências dos Servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Gerenciar 100% do absenteísmo até 2.014.
<b>Distribuição</b>	2010: 100%; 2011: 100%; 2012: 100%; 2013: 100%; 2014: 100%.
<b>Observações</b>	A medição do absenteísmo será realizada após implantação do sistema de coleta de dados e gerenciamento de resultados, incluindo as comarcas. Após alcance da meta será estudado a proporção das ocorrências. Equivale ao indicador 35 CNJ.

### INDICADOR 32

<b>INDICADOR: Índice de prevenção de saúde</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Quantidade de pessoas que fizeram o exame médico anual entre as elegíveis
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas, Serviço Médico
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Para promover a prevenção aos problemas de saúde dos Servidores e Magistrados.
<b>Como medir</b>	% entre o número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo sobre o total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/09.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Aumentar para 80% o índice de prevenção de saúde até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 60%; 2011: 70%; 2012: 75%; 2013: 80%; 2014: 80%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 36 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 33

<b>INDICADOR: Índice de capacitação nas competências estratégicas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O grau de competências estratégicas adquiridas, conforme mapeamento do CNJ
<b>Quem mede</b>	ESMAT, Escola Judiciária, Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Projetos de capacitação aplicados pela ESMAT e Escola Judiciária e Diretoria de Gestão de Pessoas, junto à sede do Tribunal, Magistrados e Comarcas.
<b>Por quê medir</b>	Para valorizar e promover o capital intelectual do TJ-TO; para alinhar investimentos aos projetos de infra-estrutura física e tecnológica e alcançar metas de capacitação definidas na estratégia do Poder Judiciário Nacional.
<b>Como medir</b>	% entre as pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Aumentar para 10% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 2%; 2011: 2%; 2012: 2%; 2013: 2%; 2014: 2%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 30 CNJ.

### INDICADOR 34

<b>INDICADOR: Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Mede se o plano nacional de capacitação vem sendo implementado no TJTO
<b>Quem mede</b>	ESMAT, Escola Judiciária e Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Nas ações instituídas pela ESMAT, Escola Judiciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Parcerias estratégicas do TJ-TO
<b>Por quê medir</b>	Para promover implementação da estratégia nacional do Poder Judiciário de capacitação para seus colaboradores e realinhar ações durante o curso de sua execução.
<b>Como medir</b>	% entre os itens atendidos do Plano Nacional de Capacitação, sobre o total de itens.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 70%; 2011: 75%; 2012: 80%; 2013: 90%; 2014: 100%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 31 CNJ.



## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 35

<b>INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Quantidade de recursos orçamentários aplicados em capacitação
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira, ESMAT e Escola Judiciária
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Sistema Financeiro e Orçamentário
<b>Por quê medir</b>	Para orientar a destinação estratégica de investimentos
<b>Como medir</b>	% entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento total executado.
<b>Situação atual</b>	0,54%
<b>META</b>	Aplicar 3,0 % do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0,8%; 2011: 1,5%; 2012: 2,0%; 2013: 2,5%; 2014: 3,00%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 32 CNJ.

### INDICADOR 36

<b>INDICADOR: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Percentual de itens da resolução n. 90 do CNJ atendidos no Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Quem mede</b>	Diretoria de TI
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Nos sistemas e ações de TI de todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Por quê medir</b>	Para eliminar gargalos de infra-estrutura tecnológica; orientar ações e investimentos estratégicos em Tecnologia da Informação de acordo demandas da sociedade nos cenários mapeados; cumprir metas da estratégia nacional do Poder Judiciário.
<b>Como medir</b>	% entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90 do CNJ
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Atender 40% dos padrões mínimos de TI, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 20%; 2011: 25%; 2012: 30%; 2013: 35%; 2014: 40%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 37 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 37

<b>INDICADOR: Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Nível de segurança das instalações do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Para oferecer tranquilidade na realização da justiça; subsidiar elaboração do plano de segurança para unidades administrativas do Poder Judiciário do Tocantins e posterior manutenção.
<b>Como medir</b>	Unidades consideradas seguras*/ total de unidades
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Aumentar para 50 % as unidades consideradas seguras
<b>Distribuição</b>	2010: 30%; 2011: 35%; 2012: 40%; 2013: 45%; 2014: 50%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 38 CNJ.

### INDICADOR 38

<b>INDICADOR: Índice de satisfação com as instalações físicas</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Satisfação dos colaboradores com as instalações físicas disponibilizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas/Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Para orientar a priorização de investimentos em rotinas de trabalho, obras, reformas, aquisição ou substituição de móveis e equipamentos; de forma a elevar a satisfação dos colaboradores no ambiente de trabalho.
<b>Como medir</b>	% entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas* / total de avaliações nestes itens da pesquisa.
<b>Situação atual</b>	Não mensurada
<b>META</b>	Aumentar para 45 % o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 30%; 2011: 35%; 2012: 40%; 2013: 40%; 2014: 45%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 39 CNJ. Após a primeira medição a meta poderá ser revista.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 39

<b>INDICADOR: Índice de condições de trabalho</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O que mede</b>	Capacidade disponível da infra-estrutura do TJ-TO para oferecer condições mínimas legais para o trabalho
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Nas unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
<b>Por que medir</b>	Para identificar o nível de adequação das instalações físicas dos imóveis do Poder Judiciário do Estado do Tocantins em relação à Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho.
<b>Como medir</b>	% entre os itens atendidos da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, em relação ao total de itens aplicáveis.
<b>Situação atual</b>	Não disponível. Será realizada em inventário.
<b>META</b>	Atender 50 % dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 40%; 2011: 43%; 2012: 46%; 2013: 48%; 2014: 50%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 40 CNJ. A distribuição poderá ser revista após a primeira medição.

### INDICADOR 40

<b>INDICADOR: Índice de aderência às metas do PETI</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O que mede</b>	Quantidade de metas do PETI atendidas pelo TJTO
<b>Quem mede</b>	Diretoria de TI
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	No conjunto de sistemas e ações da área de TI
<b>Por que medir</b>	Para avaliar a aderência da área de TI do Poder Judiciário do Estado do Tocantins à Estratégia de TI Nacional.
<b>Como medir</b>	% de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI.
<b>Situação atual</b>	Não disponível. O plano de aplicação da resolução específica do CNJ está em desenvolvimento.
<b>META</b>	Alcançar 40% das metas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 20%; 2011: 25%; 2012: 30%; 2013: 35%; 2014: 40%.
<b>Observações</b>	As metas poderão ser revistas na primeira reunião estratégica de avaliação ou na implementação do plano para aderência ao PETI. Equivale ao indicador 41 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 41

<b>INDICADOR: Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia.</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Nível de disponibilidade dos equipamentos de tecnologia em relação ao total necessário.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de TI
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Sistemas de controle de inventário de ativos de infra-estrutura tecnológica.
<b>Por quê medir</b>	Para se controlar e manter o adequado nível de disponibilidade de equipamentos.
<b>Como medir</b>	1 – (tempo de indisponibilidade de equipamentos/ tempo total do período)
<b>Situação atual</b>	Não disponível. A quantidade de máquinas é de 100% (1x usuário)– todavia será realizado inventário patrimonial para medir disponibilidade de periféricos.
<b>META</b>	Aumentar para 40% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 20%; 2011: 25%; 2012: 30%; 2013: 35%; 2014: 40%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 42 CNJ.

### INDICADOR 42

<b>INDICADOR: Índice de disponibilidade de sistemas on-line.</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI.
<b>Quem mede</b>	Diretoria de Tecnologia e Informação
<b>Quando medir</b>	Mensal
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
<b>Por quê medir</b>	Para reduzir as indisponibilidades de sistemas essenciais que interrompam os serviços prestados por este Tribunal.
<b>Como medir</b>	1 – (tempo de indisponibilidade de sistemas/tempo total do período).
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Aumentar para 40% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014
<b>Distribuição</b>	2010: 20%; 2011: 25%; 2012: 30%; 2013: 35%; 2014: 40%.
<b>Observações</b>	Considerando a inexistência da série histórica de medição deste indicador, a distribuição da meta poderá ser revisada de acordo andamento do projeto de TI. Equivale ao indicador 43 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 43

<b>INDICADOR: Índice de orçamento estratégico</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Quantidade de recursos destinados à execução de projetos incluídos no planejamento estratégico.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira e Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Junto à Diretoria Financeira
<b>Por quê medir</b>	Para ajustar a proporção e necessidade de verbas disponibilizadas para os projetos concebidos no planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
<b>Como medir</b>	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total.
<b>Situação atual</b>	8,93%
<b>META</b>	Disponibilizar 10 % do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 9%; 2011: 9%; 2012: 9%; 2013: 9%; 2014: 10%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 44 CNJ.

### INDICADOR 44

<b>INDICADOR: Índice de execução do orçamento estratégico</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Grau de execução do orçamento destinado aos projetos estratégicos.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira e Diretoria de Gestão Estratégica e Estatística
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Na gestão da carteira de projetos estratégicos e no Sistema Financeiro e Orçamentário
<b>Por quê medir</b>	Para garantir que as verbas alocadas para os projetos estratégicos serão empregadas com sucesso.
<b>Como medir</b>	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal
<b>Situação atual</b>	3,04%
<b>META</b>	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 80%; 2011: 85%; 2012: 90%; 2013: 95%; 2014: 100%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 45 CNJ.

## Matriz de Controle de Indicadores e Metas

### INDICADOR 45

<b>INDICADOR: Índice de execução do orçamento disponibilizado</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	O percentual do orçamento que está sendo executado por este Tribunal.
<b>Quem mede</b>	Diretoria Financeira
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	No Sistema Financeiro e Orçamentário
<b>Por quê medir</b>	Para melhorar o índice de execução orçamentária deste Tribunal.
<b>Como medir</b>	% entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado.
<b>Situação atual</b>	97,98%
<b>META</b>	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014.
<b>Distribuição</b>	2010: 90%; 2011: 90%; 2012: 95%; 2013: 100%; 2014: 100%.
<b>Observações</b>	Equivale ao indicador 46 CNJ.

### INDICADOR 46

<b>INDICADOR: Redução de gasto com telefone.</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	O valor da despesa com telefone em determinado período
<b>Quem mede</b>	Diretoria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
<b>Por quê medir</b>	Para racionalizar custos operacionais e implementar tecnologias de mínimo custo
<b>Como medir</b>	Varição do consumo na fatura de telefone no período / Variação do consumo na fatura de telefone no período anterior.
<b>Situação atual</b>	Não disponível
<b>META</b>	Reduzir em 2% o consumo de telefone, até 2.014.
<b>Distribuição</b>	2010: 0%; 2011: 0%; 2012: 0%; 2013: 1%; 2014: 1%.

<b>Elaborado por</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
José Atílio, Anna Paula, Neilimar Monteiro, Márcio Schuster.	6/12/09	
<b>Revisado por</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
José Atílio	6/12/09	
<b>Recebido por /DGE</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>

#### Atualizações

Data	Versão	Descrição	Revisado por	Aprovado por

# ANEXO 2

## FICHAS DOS PROJETOS

### Sumário

1 - CONSTRUÇÕES DE SEDE PRÓPRIA EM COMARCAS.....	59
2 - REFORMA DE SEDES DE COMARCAS .....	61
3 - CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS NO INTERIOR DO ESTADO .....	62
4 – ELEVAR A ARRECADAÇÃO DO FUNJURIS .....	63
5 - ALTERAÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....	65
6 – REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO DE PROTOCOLO.....	66
7 - REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	67
8 - MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS .....	71
9 - MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS JUDICIAIS .....	72
10 – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS .....	73
11 - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA ESMAT .....	75
12 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETO PARA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA PARA OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO .....	76
14 - ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA .....	81
15 - REFORMA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.....	82
16 - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM MONITORAMENTO 24HS PARA O PODER JUDICÁRIO DO TOCANTINS .....	83
17 - VIRTUALIZAÇÃO DO ACERVO DE JURISPRUDÊNCIA, ACÓRDÃOS, INDEXAÇÃO E BUSCA PROCESSUAL.....	84
18 - SEGURANÇA DE REDE.....	86
19 - CONSOLIDAÇÃO DO AMBIENTE DE TIC.....	88
20 - PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO PODER JUDICIÁRIO.....	89
21 - IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE AUDITORIA INTERNA .....	95
22 – ELABORAÇÃO DE MANUAL TÉCNICO .....	97
23 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL.....	99
24 - IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TJ-TO.....	101
25 - INFORMATIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	103
26 - TOTEM DE PESQUISA PROCESSUAL.....	104
27 - MONITORAMENTO DAS METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	105
28 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE ESTATÍSTICO E MONITORAMENTO DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL .....	107
29 - REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL .....	108

<b>30 - GERENCIAMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS E MALOTES .....</b>	<b>109</b>
<b>31 - PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING .....</b>	<b>110</b>
<b>32 - CERTIFICAÇÃO DIGITAL .....</b>	<b>115</b>
<b>33 - REESTRUTURAÇÃO E INCREMENTAÇÃO DO FUNCIVIL .....</b>	<b>116</b>
<b>34 - GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS.....</b>	<b>117</b>
<b>35 - SALA COFRE .....</b>	<b>118</b>
<b>36 - CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS .....</b>	<b>119</b>
<b>37 - COMUNICAÇÃO VISUAL .....</b>	<b>121</b>
<b>38 - DISSEMINAÇÃO DE PARCERIAS.....</b>	<b>122</b>
<b>39 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS .....</b>	<b>123</b>
<b>40 - TJ SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>126</b>
<b>41 - TRIBUNAL ON-LINE.....</b>	<b>127</b>



# 1 - CONSTRUÇÕES DE SEDE PRÓPRIA EM COMARCAS

## Escopo ou finalidade do projeto

Licitação para construção dos Fóruns de Paranã, Palmeirópolis, Arraias, Alvorada, Figueirópolis, Wanderlândia, Itaguatins, Araguatins, Axixá, Augustinópolis, Xambioá, Ananás, Araguaína, Porto Nacional, Paraíso, Guaraí e Natividade.

Proporcionar aos Servidores e usuários da Justiça, instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, bem como reduzir gastos com aluguéis de imóveis, os quais, normalmente, não atendem as necessidades arquitetônicas que determinam funcionalidade, conforto e segurança.

## Alinhamento estratégico-

Objetivo Estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

## Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário das Comarcas do Interior, Comunidades locais e da região do entorno.

## Justificativa

A construção dos Fóruns em diversos Municípios do Estado do Tocantins insere-se na formação de um novo paradigma quanto ao atendimento judiciário. O atual contexto resume-se em: organização, eficiência, agilidade, salubridade, conforto e segurança.

De forma geral as instalações serão adequadas, compostas por ambientes cuidadosamente dimensionados para as atividades afins, dotadas de iluminação e ventilação naturais, com instalações elétricas, hidráulico-sanitárias e demais instalações necessárias ao bom funcionamento dos edifícios destinados aos Fóruns do Interior. A elaboração de um projeto exclusivo ao atendimento judiciário nos Municípios irá beneficiar tanto à população receptora, quanto aos Servidores da Justiça.

Além destes fatores, a execução de um projeto padrão para as Comarcas irá criar uma identidade visual ao Poder Judiciário, refletindo em organização e eficiência dos serviços prestados à Comunidade local.

## **ANEXO I - AO PROJETO DE CONSTRUÇÕES DE SEDE PRÓRIA EM COMARCAS**

### **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EFICIENTES NAS CONSTRUÇÕES DAS COMARCAS NO INTERIOR**

#### **Escopo ou finalidade do projeto**

Acrescentar torneiras inteligentes às instalações hidráulicas das construções dos Fóruns de Paranã, Palmeirópolis, Arraias, Alvorada, Figueirópolis, Wanderlândia, Itaguatins, Araguatins, Axixá, Augustinópolis, Xambioá, Ananás, Araguaína, Porto Nacional, Paraíso, Guaraí e Natividade.

Proporcionar economia no consumo de água com instalações adequadas ao bom desempenho das atividades.

#### **Alinhamento estratégico**

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Promover ações de responsabilidade social e ambiental.

#### **Clientes do projeto**

Servidores do Poder Judiciário das Comarcas do Interior, Comunidades locais e da região do entorno.

#### **Justificativa**

A construção dos Fóruns em diversos Municípios do Estado do Tocantins insere-se na formação de um novo paradigma quanto ao atendimento judiciário. O atual contexto resume-se em: organização, eficiência, agilidade, salubridade, conforto, segurança e sustentabilidade.

As instalações hidráulico-sanitárias serão adequadas conforme as necessidades de economia e de bom funcionamento dos edifícios destinados aos Fóruns do Interior. A atenção quanto às estas instalações dos edifícios novos do judiciário do interior irá beneficiar tanto à população receptora, quanto aos Servidores da justiça.

Além destes fatores, a execução de um projeto sustentável para as Comarcas irá criar uma identidade do Poder Judiciário, refletindo em organização, contemporaneidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade local.

## 2 - REFORMA DE SEDES DE COMARCAS

### Escopo ou finalidade do projeto

Licitação para Reforma dos Fóruns de Araguaatins, Axixá, Araguaçu, Natividade, Araguacema, Araguaína, Aurora, Colinas, Miracema, Gurupi, Itacajá, Novo Acordo, Pium, Porto Nacional e Tocantínia.

Proporcionar aos Servidores e usuários da Justiça, instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, as quais têm ocorrido em locais desprovidos de funcionalidade, conforto, segurança e até mesmo salubridade.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### Clientes do projeto

Funcionários do Poder Judiciário das Comarcas do Interior, Comunidades locais e da região do entorno.

### Justificativa

A Reforma dos Fóruns em diversos Municípios do Estado do Tocantins insere-se na formação de um novo paradigma quanto ao atendimento judiciário. O atual contexto resume-se em: organização, eficiência, agilidade, salubridade, conforto e segurança.

De forma geral as instalações serão adequadas, compostas por ambientes cuidadosamente dimensionados para as atividades afins, dotadas de iluminação e ventilação naturais, com instalações elétricas, hidráulico-sanitárias e demais instalações necessárias ao bom funcionamento dos edifícios destinados aos Fóruns do Interior.

Além destes fatores, a adequação das instalações físicas das Comarcas irá criar uma identidade visual ao Poder Judiciário, refletindo em organização e eficiência dos serviços prestados à comunidade local.

### **3 - CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS NO INTERIOR DO ESTADO**

#### **Escopo ou finalidade do projeto**

Construção das Unidades Judiciárias no Interior do Estado proporcionará aos Servidores e usuários da Justiça, instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, as quais têm ocorrido em locais desprovidos de funcionalidade, conforto, segurança e até mesmo salubridade.

#### **Alinhamento estratégico**

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

#### **Clientes do projeto**

Funcionários do Poder Judiciário das Comarcas do Interior, Comunidades locais e da região do entorno.

#### **Justificativa**

A construção das Unidades Judiciárias em diversos Municípios do Estado do Tocantins insere-se na formação de um novo paradigma quanto ao atendimento judiciário. O atual contexto resume-se em: organização, eficiência, agilidade, salubridade, conforto e segurança.

Trazendo estas características para o espaço físico da Justiça, a existência das Unidades Judiciárias em Municípios que concentram elevado número de processos a serem atendidos irá descentralizar os trabalhos das principais Comarcas. A população, por sua vez, será beneficiada com o atendimento mais próximo e, por isso, mais ágil.

Ao deslocarem-se para os respectivos Municípios, os Juízes terão sua permanência de trabalho e descanso resguardados em instalações adequadas e seguras nas mesmas Unidades Judiciárias

De forma geral as instalações são adequadas, compostas por ambientes cuidadosamente dimensionados para as atividades afins, dotadas de iluminação e ventilação naturais, com instalações elétricas, hidráulico-sanitárias e demais instalações necessárias ao bom funcionamento do edifício sede da Unidade Judiciária. A elaboração de um projeto exclusivo ao atendimento judiciário nos Municípios irá beneficiar tanto à população receptora, quanto aos Servidores da justiça.

Finalmente, além destes fatores, um projeto padrão irá criar uma identidade visual ao Poder Judiciário, refletindo em organização e eficiência dos serviços prestados à comunidade local.

## 4 – ELEVAR A ARRECADAÇÃO DO FUNJURIS

### Escopo ou finalidade do projeto

Com o advento da Lei nº 954/1998 e suas alterações, o Poder Judiciário do Tocantins instituiu o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário, com finalidade de viabilizar projetos de modernização, reaparelhamento, obras, serviços e outros.

No entanto, aliando o crescimento do Poder Judiciário do Tocantins com o direito de autonomia administrativa e financeira previsto na Constituição Federal com esta proposta, buscaremos o fortalecimento na arrecadação das receitas do FUNJURIS, racionalizando rotinas, investindo em sistema de tecnologia da informação, intensificando fiscalizações, contribuindo diretamente para o crescimento da receita e melhoria na prestação jurisdicional tocaninense.

Este projeto trará no seu escopo a possibilidade real de elevação na arrecadação do FUNJURIS, sem que o cidadão seja afetado com qualquer possibilidade de elevação no custo da Justiça, pois os estudos desenvolvidos na Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça não trabalha neste foco, apenas utiliza parâmetros nas Leis e normativos dos Fundos dos demais Tribunais de Justiça da Federação, bem como a metodologia na consolidação e fiscalização das receitas desses Tribunais.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégias.

### Clientes do projeto

Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral, Diretoria Financeira, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria Judiciária, Contadoria, todas as Comarcas, Protocolo, Magistrados e advogados.

### Justificativa

O Poder Judiciário Tocantinense segue a ritmo de outros Tribunais brasileiros quanto à tendência de aumento de litígios devido ao crescimento da população, sendo assim, às despesas previstas no código processual tendem a ser crescentes, considerando que a prestação jurisdicional é um serviço remunerado, a não ser nos casos em que o Estado concede assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. (art. 5º, LXXIV da CF de 1988; art. 4º da Lei Federal nº 1060/1950).

Assim, como norma geral, as partes devem arcar com o ônus financeiro, suportando assim as despesas realizadas ao longo do processo. Diante disto, mediante a Lei Estadual nº 954/1998 e suas

alterações, esta Corte de Justiça instituiu o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (FUNJURIS –TO) o qual determina quais as receitas inerentes ao Fundo, bem como sua destinação.

A Lei Estadual supracitada foi balizada no art. 24 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre as custas dos serviços forenses, bem como no art. 98, a qual determina que as mesmas serão destinadas, exclusivamente, ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

É primando pelo que prevê o art. 99 da Constituição federal, que diz: “*Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira*” que o Judiciário Tocantinense vem buscando passo a passo o fortalecimento de suas receitas e repasses. Objetivamos no biênio 2009/2011 possibilitar uma sensível transformação no Fundo.

Em 2008, com a inclusão da receita de 60% da taxa judiciária ao FUNJURIS, a arrecadação saltou de 3 milhões para 8 milhões anuais, sabemos que este número poderá ser bem maior se houver um monitoramento eficaz na arrecadação e uma visualização real da evolução da receita por unidade arrecadadora (Comarca, Vara, Cartório, Juizados etc...), investindo em inovações tecnológicas, a exemplo da guia de recolhimento eletrônico, ferramenta tecnológica que proporcionará comodidade ao usuário da justiça, bem como contribuirá para uma efetiva fiscalização por parte da Corregedoria Geral da Justiça, bem como pela Diretoria Financeira deste Sodalício.

A urgência de utilizar a tecnologia de informação pode ser demonstrada através de uma simples conciliação da arrecadação da receitas pertencentes ao FUNJURIS em um período de 2009, na qual é possível aferir por meio dos gráficos as oscilações inconsistentes nas arrecadações do Poder Judiciário.

Além disso, urge estabelecer na Lei Estadual nº 954/1998 e suas alterações, a inclusão de outras receitas ao Fundo coerente com a realidade atual do Poder Judiciário, bem como estruturar um departamento de fiscalização e arrecadação dentro do Tribunal de Justiça, nos moldes dos demais Tribunais de Justiça, sem prejuízo da competência já atribuída a Corregedoria Geral da Justiça.

Assim, mediante uma pesquisa realizada nos Tribunais de Justiça estaduais, é possível visualizar que podemos inovar o FUNJURIS, envolvendo todas as partes responsáveis pela arrecadação e fiscalização do Fundo, filtrando as melhores práticas adotadas nos demais Tribunais e aplicando-as no FUNJURIS - TO, bem como adaptando a nossa realidade as funcionalidades dos sistemas de arrecadação desenvolvidos por outros tribunais.

## 5 - ALTERAÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

### Escopo ou finalidade do projeto

Efetuar a alteração da Lei Complementar n.º 10 de 11 de janeiro de 1996, que dispõem sobre a organização e divisão do Judiciário tocantinense, bem como a administração da Justiça e seus serviços auxiliares, ampliando a prestação dos serviços jurisdicionais.

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juízes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendado que o presente projeto seja submetido previamente à comissão de líderes do planejamento estratégico antes de ser submetida à aprovação do Pleno.

### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico

Facilitar o acesso à Justiça, motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

### Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário e a sociedade como um todo.

### Justificativa

O atual quadro de Servidores e juízes do Poder Judiciário é insuficiente para atender a demanda do Estado, motivo pelo qual se faz necessário a ampliação da prestação jurisdicional. A abertura de novas Varas e, conseqüentemente contratação de servidores, possibilitará a redistribuição dos processos contribuindo para a celeridade no julgamento das lides, bem como reduzirá a sobrecarga de trabalho do servidor da justiça possibilitando que o mesmo desenvolva melhor sua atividade. Promovendo a qualidade de vida do Servidor tornando-o valorizando e comprometido com a missão da Instituição.

## 6 – REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO DE PROTOCOLO

### Escopo ou finalidade do projeto

Maior celeridade nas autuações.

Gerenciamento automatizado de processos, minimizando transtornos na busca processual, aumentando a identificação dos autos.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Facilitar o acesso à Justiça;

Aprimorar a comunicação com o público externo.

### Clientes do projeto

Gabinete da presidência, gabinetes dos desembargadores, protocolos, distribuição, gabinetes dos juízes, câmaras, varas, diretorias, divisões, seções, usuários do Tribunal de Justiça.

### Justificativa

A idealização do projeto de Modernização do Judiciário, em especial o Protocolo, fora vislumbrado em razão dos benefícios que advirão com sua implantação, pois ainda trabalhamos de forma artesanal, medidas as quais causam morosidade no serviço, como uso de carimbos, trocas de capas dos processos recebidos das comarcas para nova autuação. Sendo que, com os códigos de barra e cores de capas uniformizadas, estes poderão ser utilizados no judiciário, coadunando perfeitamente à numeração única dos processos (Res. 65-CNJ- Uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário). Sinalizando o marco do Judiciário Tocantinense rumo à modernização. Para sua execução, teremos ônus financeiro somente dos leitores de código de barra.



## 7 - REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

### Escopo ou finalidade do projeto

O projeto de reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo do Poder Judiciário do Tocantins integra os temas Desenvolvimento de Pessoas e Ambiente Organizacional, inclusos na perspectiva Pessoas e Tecnologia.

Tem como objetivo principal a reorganização da estrutura de cargos, carreiras e salários dos servidores, visando a corrigir todas as distorções e desequilíbrio existentes no processo funcional de cada Servidor, seguindo outros modelos já adotados no País e em estudo em outras esferas estatais, bem como incentivar o aprimoramento funcional constante dos servidores.

O Plano visa também, a adotar um esquema regulador que busca:

a) garantir algumas definições básicas que ajudam a estruturar a gestão;

fornecer resposta aos Servidores quanto à demanda por transparência e critérios de equidade na ascensão funcional e salarial;

permitir adequação ao mercado, pois ao balizarem a remuneração pelos cargos, rigorosamente definidos, viabilizam a comparação com outras instituições correlatas.

Em função das grandes dificuldades encontradas desde a implantação do PCCS dos Servidores efetivos (Lei Estadual nº. 1.604/2005), com divergência na interpretação e na aplicação, redundando em uma gama de decisões judiciais e administrativas que estabeleceram critérios individuais de tratamento, tem ocorrido descontentamento e desequilíbrio entre as classes de servidores, fatos que motivaram e continuam a motivar incontáveis processos administrativos e judiciais.

Dentre as principais demandas, objetos de vários requerimentos, destacam-se as seguintes:

1. Enquadramento, ou reenquadramento, de Servidores de acordo com o tempo de efetivo exercício;
2. Restabelecimento do pagamento de adicionais por tempo de serviço (anuênios e quinquênios);
3. Restabelecimento do equilíbrio remuneratório entre os cargos efetivos;
4. Elevação funcional quando do cumprimento e homologação do estágio probatório e outros.

Observa-se que os pontos de atrito tornam hoje nosso ordenamento jurídico salarial um verdadeiro emaranhado, composto de leis e decisões administrativas e judiciais, fatos que vêm contribuindo para dificultar a interpretação e aplicação da legislação, deixando margem a erros que podem se desdobrar em questionamentos por parte dos órgãos de controle e fiscalização (Tribunal de Contas, Conselho Nacional de Justiça).

Essa condição motiva a necessidade, salvo melhor juízo, de um estudo aprofundado da realidade vencimental vivenciada no Judiciário Tocantinense, a fim de se alterar ou até mesmo instituir novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, única medida plausível para coibir essa avalanche de

processos administrativos e judiciais, bem como restabelecer o tão almejado equilíbrio remuneratório entre os Servidores efetivos.

Soma-se a essa condição a necessidade de se adequar a legislação dos Servidores do Judiciário estadual aos novos rumos ditados pelo CNJ, que tendem a uniformizar a justiça estadual brasileira, conforme preconiza a **Resolução nº. 088/2009**, a qual adotou expressamente o parâmetro estabelecido pela Lei Federal nº. 11.416/2006 (Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Justiça Federal).

Para a realização do Projeto será contratada Empresa Especializada para Assessorar os Serviços Técnicos de Avaliação, Estudo e Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com vistas a obter um plano de ação com medidas que estabeleçam equilíbrio remuneratório entre os Servidores efetivos deste Tribunal, baseado na gestão por competência e resultados.

No desenvolvimento do Projeto ora proposto serão utilizados os seguintes instrumentos metodológicos:

- Aplicação de formulários para coleta de dados em pesquisas junto às instituições visando à análise das situações encontradas quanto o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS;
- Realização de reuniões de trabalho em grupo (*workshops*), para apresentação dos objetivos e metodologia do projeto e para discussão e validação de proposições; e
- Realização de Seminários e Painéis de apresentação dos conceitos e ferramentas a serem utilizados no Projeto.

Com isso objetivamos obter os seguintes resultados e benefícios:

- favorecer a motivação e compromisso dos Servidores com a missão e objetivos do Tribunal de Justiça; e
- atrair e reter talentos para as carreiras no Tribunal de Justiça do Tocantins.

**Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juizes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendada a aplicação de modelo de plano de carreira centrado em avaliação de competência e meritocracia.**

## **Alinhamento estratégico**

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.

Objetivo estratégico: Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia

## **Clientes do projeto**

Servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário

## **Justificativa**

A Lei 1.604, de 1º de setembro de 2005, é um marco na valorização dos Servidores do Poder Judiciário, os quais conquistaram remuneração compatível com as atividades desenvolvidas, contudo, inúmeras dificuldades e conflitos nos entendimentos, divergências de interpretações e de aplicação do Plano foram verificados.

Dentre os principais pontos, objetos de vários requerimentos, destacam-se os seguintes:

- enquadramento ou reenquadramento de Servidores de acordo com o tempo de efetivo exercício;
- restabelecimento do pagamento de adicionais por tempo de serviço;
- restabelecimento do equilíbrio remuneratório entre os cargos efetivos;
- elevação funcional quando do cumprimento e homologação do estágio probatório.

Nesse contexto, cumpre a Diretoria de Gestão de Pessoas intensificar e acompanhar a modernização e o fortalecimento das instituições do sistema judiciário tocantinense, identificando e adaptando novos conceitos, idéias e práticas à natureza e peculiaridades do papel da justiça nas relações sociais. Esta busca por um novo repertório para a gestão pública judiciária estará centrada em algumas poucas características básicas, sobre as quais é pertinente citar:

Aumento da produtividade, ou seja, maior resultado com menores recursos;

Orientação para os beneficiários dos serviços jurisdicionais: como melhor conectar as organizações do Judiciário ao seu público, sendo este a referência original dos serviços a serem prestados;

Descentralização: fazer com que os serviços jurisdicionais prestados sejam respostas adequadas e efetivas em relação às demandas por meio da desconcentração de decisões e operacionalização das ações;

Compromisso com resultados: a preocupação maior no processo decisório na implementação e na avaliação das ações empreendidas, estará referenciada ao impacto (efeitos) das ações aos indivíduos e à sociedade.

O Tribunal de Justiça do Tocantins tem importância ímpar na conjugação das diretrizes legais que regem a vida dos cidadãos do Estado. Deprendendo-se desta característica ser imprescindível o contínuo aperfeiçoamento, pela incorporação de novas tecnologias administrativas e a atualização de competências e habilidades de seus servidores, além, é claro, das adaptações institucionais necessárias para acompanhar a evolução das expectativas para democracia representativa.

A vitalidade institucional do Tribunal de Justiça, bem como a manutenção de sua imagem externa, estão diretamente relacionados a decisão consciente de reconstruir, permanentemente, os processos de trabalho interno, promovendo a qualidade de sua gestão e privilegiando o investimento em interatividade dos diferentes atores do processo de gestão.

A contratação externa de serviço técnico especializado visa a adequar o método a ser adotado no trabalho a ser desenvolvido e também conciliar as fontes de inspiração conceitual e prática existentes, com vista à construção de um novo modelo administrativo no Tribunal de Justiça, ordenado, dinâmico e eficaz.

Definir prioridades, metodologia, premissas e conteúdo técnico do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Judiciário, além de outros elementos relevantes à execução do trabalho a ser realizado, requer profissionais habilitados e especializados.

## 8 - MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

### Escopo ou finalidade do projeto

Elaboração de uma Instrução Normativa para regulamentar o procedimento dos Processos Administrativos tendo por base um Fluxograma. O fluxo poderá ser desenvolvido por um grupo formado por um técnico de cada setor envolvido no procedimento e, posteriormente apresentado a cada Diretoria para as adequações necessárias, sempre tendo como princípios a celeridade e a eficiência.

### Alinhamento estratégico

Tema 3 – Objetivo estratégico:

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites administrativos e judiciais.

### Clientes do projeto

Todas as Diretorias.

### Justificativa

Hoje não temos um fluxo definido para os processos administrativos, ensejando numa circulação excessiva e desnecessária. Igualmente, os Servidores sentem-se inseguros posto que, a cada nova idéia, altera-se a forma de proceder quanto aos processos, o que vem ocorrendo constantemente. Não se trata de rejeição à mudança, mas em implementar-se mudanças certas.

## 9 - MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

### Escopo ou finalidade do projeto

Mapear fluxo de trâmite dos processos judiciais existentes, estudar e propor redesenho dos mesmos, fundamentados em princípios de qualidade de atendimento do usuário.

Elaborar manuais de rotinas, procedimentos e padronização do rito nos processos judiciais do Poder Judiciário do Tocantins.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

### Clientes do projeto

Varas, Câmaras, Diretoria Judiciária

### Justificativa

As situações díspares verificadas nas diferentes varas de uma mesma comarca evidenciam a necessidade de padronização das rotinas por meio da publicação de manuais que orientem os Servidores do judiciário no trâmite processual, publicando manuais de boas práticas observadas em varas que são modelos de gerência processual, unificando assim os trabalhos desenvolvidos nos Fóruns conduzindo o Poder Judiciário Tocantinense a prestação jurisdicional de excelência.

## 10 – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

### Escopo ou finalidade do projeto

Realizar **Cursos Presenciais e Cursos à Distância**.

Estrategicamente, primeiro temos que selecionar e formar nosso corpo de docentes, através do seguinte curso:

Curso de Formação dos Formadores. (1 turma por ano) - **TOTAL: 5 turmas**

Considerando a demanda Institucional com a aprovação de mais Cargos para a Magistratura tocaninense e de outros Concursos para Magistratura que teremos nestes próximos 5 (cinco) anos – Será implantando:

Os Cursos de Iniciação Funcional (1 turma por ano) - **TOTAL: 5 turmas** e,

Os Cursos de Vitaliciamento (1 turma por ano) - **TOTAL: 5 turmas**

Para os **Magistrados Vitalícios** será implantado;

Cursos de Aperfeiçoamento/Mercedimento nas Áreas de Direito Civil, Processo Civil, Penal, Direito Administrativo, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito do Consumidor e outros. Todos estes, preferencialmente através de Videoconferências. A cada 2 (dois) meses uma nova turma será aberta (5 turmas por ano) - **TOTAL: 25 turmas**

Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Judiciária e Planejamento Estratégico – Será focado prioritariamente, atendendo uma recomendação da Enfam, com o objetivo de fornecer instrumentos ao Magistrado para um melhor prestação jurisdicional. Propõe (2 turmas por ano) - **TOTAL: 10 turmas**

Será implantando ainda **Cursos Diversos** como:

Curso Básico de Português (4 turmas c/ 35 vagas em cada no ano de 2010 e 2 turmas c/ 35 vagas no ano de 2011- considerando o prazo final de implantação das novas regras ortográficas) - **TOTAL: 6 turmas**

Curso de Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) (4 turmas c/ 35 vagas em cada por ano) - **TOTAL: 20 turmas**

Ciclos de Estudos (2 turmas por ano) – **TOTAL: 10 eventos**

E os seguintes **Cursos nas Áreas de Especialização**, cada turma c/ 60 vagas e carga horária de 390 h/a. Sendo assim distribuído:

Pós Graduação *latu sensu* (1 turma no ano de 2010 e 2 turmas nos demais anos) - **TOTAL: 9 turmas**

Mestrado (1 turma por ano) - **TOTAL: 5 turmas**

Doutorado (1 turma por ano) - **TOTAL: 5 turmas**

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juizes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendada a abordagem do tema arrecadação da taxa judiciária, para Magistrados.

### **Alinhamento estratégico**

Objetivos estratégicos:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados

Motivar e comprometer Magistrados com a execução da estratégia

Investir continuamente nos recursos humanos

### **Clientes do projeto**

Os Cursos da ESMAT são destinados aos Juizes de Direito recém admitidos em Concurso Público com o Curso de Iniciação Funcional e Vitaliciamento e aos Magistrados Vitalícios interessados no aperfeiçoamento intelectual, progressão na carreira pelo critério de merecimento.

### **Justificativa**

Conforme Watson (1994, p. 39), “a tarefa do planejamento é considerar as incertezas do futuro e fazer preparações que levarão a organização através daquele período, especialmente por meio do estabelecimento de metas alcançáveis que servirão de ponte para o futuro”.

A realização do planejamento estratégico da ESMAT permitiu-nos um trabalho interativo com todos os setores da escola, visando a esclarecer parâmetros para apresentação de propostas claras e objetivas para a sua realização no período estimado de 5 (cinco) anos, bem como verificar a viabilidade, sob todos os aspectos da implementação das estratégias propostas, demonstrando um preocupação constante com a qualidade de ensino e com o corpo docente desta instituição.



## 11 - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA ESMAT

### Escopo ou finalidade do projeto

Construção de um espaço físico próprio e adequado com mobiliário e equipamentos de alta tecnologia.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e educacionais.

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

### Clientes do projeto

Os Magistrados da Capital e Comarcas deste Estado e, nossos clientes externos.

### Justificativa

**Situação atual:** Prédio locado. Pensando sobre a economicidade e aos Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, a partir do foco nos serviços a serem oferecidos pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, é extremamente relevante e importante a construção de um ambiente necessário para suas instalações definitivas.

**Ausência de um canal rápido e eficiente de comunicação e treinamento** - A transmissão das aulas que esta sendo gravada permite que efetivamente a escola descentralize a difusão de cultura jurídica através de treinamentos, funções evidentes da nossa escola, buscando como ação principal a excelência na capacitação, superando qualquer dificuldade e se tornando referência de qualidade no ensino e treinamento à distância na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado.

## 12 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETO PARA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA PARA OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

### Escopo ou finalidade do projeto

Propiciar o aperfeiçoamento teórico e prático quanto às ações propostas e melhor atendimento do público alvo deste Tribunal, que é a sociedade.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e servidores.

### Clientes do projeto

100% dos servidores

Conciliadores, agentes da justiça arbitral e outros públicos afins.

### Justificativa

Com vistas ao efetivo desempenho do trabalho propõe-se que os Servidores e serventuários do Poder Judiciário sejam inseridos em um programa de capacitação continuada para melhor aplicabilidade das aptidões direcionadas ao desenvolvimento de suas funções.

Nesta perspectiva, o projeto de capacitação de recursos humanos terá grande relevância, haja vista, que proporcionará a prestação dos serviços jurisdicionais de forma mais eficiente; maior satisfação profissional e compromisso para com a excelência no desempenho do trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos Servidores e serventuários.

# **ANEXO I AO PROJETO DE APARELHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA ESCOLA JUDICIÁRIA**

## **SUBPROJETO: APARELHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA ESCOLA JUDICIÁRIA**

### **Escopo ou finalidade do projeto**

Conduzir o acesso a capacitação a 100% dos Servidores através da transmissão de aulas via web e via satélite, utilizando recursos tecnológicos inovadores que possibilitem um maior aproveitamento e que despertem interesse dos servidores.

### **Alinhamento estratégico**

Objetivo estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

### **Clientes do projeto**

100% dos servidores

Conciliadores, agentes da justiça arbitral e outros públicos afins.

### **Justificativa**

Tendo em vista a criação da Escola Judiciária e a necessária implementação da estrutura tecnológica para atingir as 42 Comarcas do Estado do Tocantins otimizando os recursos disponibilizados e possibilitando o atendimento de 100% dos servidores, com qualidade e eficiência, propõe-se a aquisição de equipamento, software e mobiliário para aparelhamento do estúdio de transmissão das aulas tele-presenciais e, também, da sede da Escola Judiciária, de forma a maximizar a utilização e a aplicabilidade das ferramentas existentes criando-se mecanismos com vistas à melhoria qualitativa das ações desenvolvidas pelos Servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

## 13 - PROMOÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA

### Escopo ou finalidade do projeto

O projeto visa a promover, com visão integrada, o gerenciamento e o compartilhamento de todo o ativo de informação possuído na Instituição. “Esta informação pode estar em um banco de dados, documentos, procedimentos, bem como em pessoas, através de suas experiências e habilidades”.

Precisamos gerenciar as competências para não repetir os erros. A Organização/Estado “aprende com a experiência”; registrar o conhecimento dos colaboradores; registrar as melhores práticas; disponibilizar conhecimento gerado na organização.

Esta iniciativa contribuirá ainda para o modelo de Administração Participativa promovendo a harmonização de seus principais recursos gerenciais, capital intelectual e informação, para conduzir o comprometimento com os resultados, expressos nas medidas de eficiência, eficácia e qualidade.

### Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico: Desenvolver habilidades, competências e atitudes dos Magistrados e servidores.

### Clientes do projeto

Magistrados, gestores e colaboradores internos do Poder Judiciário do Tocantins.

### Justificativa

O Projeto apresenta tentativas de se fazer uso prático do conhecimento para alcançar algum objetivo organizacional mediante a estruturação de pessoas, tecnologia e conteúdo do conhecimento, sabendo que a capacidade de inovar é o marco para o sucesso na Gestão de Conhecimento.

A Gestão por competência é um processo corporativo que envolve a gestão das competências, a gestão do capital intelectual, a aprendizagem organizacional, a inteligência empreendedora e a educação corporativa, em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESMAT e a Escola Judiciária.

A Competência engloba o conhecimento real, a habilidade, a experiência, os julgamentos de valor e redes sociais. É o elo entre conhecimento e estratégia. Não pode ser copiada com exatidão, é transferida pela prática.

Competência, ainda, é a capacidade de gerar resultados observáveis, necessários ao alcance dos objetivos (de negócios e culturais) definidos no posicionamento estratégico da Instituição e no propósito de manutenção e desenvolvimento de sua ideologia essencial. É um conceito pelo qual se define quais são as atitudes, as habilidades e os conhecimentos necessários para alcançar resultados diferenciados, o conjunto de qualificações que a pessoa tem para executar um trabalho com um nível superior de performance.

Assim considerada, a competência não é um estado ou um conhecimento que se tem e nem é resultado de treinamento. Competência é, na verdade, colocar em prática o que se sabe em um determinado contexto. Há competência apenas quando há competência em ação.

Do ponto de vista organizacional, é a prática que interessa: é o conhecimento aplicado que gera capacidade de produzir resultados, ou seja, competência.

A Gestão de Pessoas está passando por um amplo processo de transformação. Sistemas tradicionalmente utilizados como referencial - centrados em cargos - vêm mostrando sua fragilidade em articular sistemicamente as várias ações da gestão da organização, e, por conseguinte comprometem o reconhecimento do seu valor. A abordagem de gestão de pessoas que tem no seu núcleo o conceito de competência apresenta imensas possibilidades de articular as relações entre as diferentes ações de gestão de Pessoas, como por exemplo, a conjugação de desempenho, desenvolvimento e potencial, aumentando em consequência a sinergia do sistema.

O Capital Intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma organização, o que lhe proporciona vantagens competitivas; é a capacidade mental coletiva, a capacidade de criar continuamente e proporcionar valor de qualidade superior. Criado a partir do intercâmbio entre:

a) capital humano - capacidade organizacional que uma empresa possui de suprir as exigências do mercado. Está nas habilidades dos Servidores, em seus conhecimentos tácitos e nos obtidos nas suas informações profissionais, na busca permanente de atualização de saber, nas informações alcançáveis, nas informações documentadas sobre clientes, concorrentes, parceiros e fornecedores. Essencialmente diz respeito às pessoas, seu intelecto, seus conhecimentos e experiências;

b) capital estrutural - soma das patentes, processos, manuais, marcas, conceitos, sistemas administrativos, bancos de dados disponibilizados, tecnologia, estruturas organizacionais;

c) capital de clientes - é o valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios.

O tema central da Gestão do Conhecimento é aproveitar os recursos que já existem na organização para que as pessoas procurem, encontrem e empreguem as melhores práticas em vez de tentar criar algo que já havia sido criado. Cuida de agregar valor às informações, filtrando, resumindo e sintetizando as informações e, dessa forma, desenvolvendo um perfil de utilização pessoal que ajuda a chegar ao tipo de informação necessária para passar à ação.

Por meio da aprendizagem contínua, promovida no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Escola Superior da Magistratura - ESMAT e pela Escola Judiciária, a organização exercita a sua competência e inteligência coletiva para responder ao seu ambiente interno (objetivos, metas, resultados) e externo (estratégia). Nas “organizações que aprendem, as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre, e onde as pessoas estão constantemente aprendendo a aprender coletivamente” (SENGE, 1999, p. 21).

A organização que aprende possui a capacidade de, continuamente, criar o futuro que realmente deseja. Para isto, reflete sobre o desempenho atual e os fatores que o geram, pensa sobre os diversos futuros possíveis e qual entre eles é o desejado, planeja e implementa as ações para se mover da situação atual para a desejada.

De forma customizada e flexível, mede seus resultados a partir de um conjunto consistente de indicadores e medidores de aprendizagem organizacional. A medida que se olham os fatores de tomada de decisão e se reflete sobre os seus resultados, pode-se notar os erros e acertos, e tomar decisões mais acertadas, deixando o processo mais transparente para os envolvidos com as ações de aprendizagem da organização.

As habilidades mínimas serão substituídas por habilidades pessoais e interpessoais. As “organizações que aprendem” ou “organizações baseadas no conhecimento” são mais flexíveis, adaptáveis e mais capazes de se reinventarem.

A aprendizagem organizacional a cargo da Escola Superior da Magistratura – ESMAT e da Escola Judiciária é, portanto, o processo contínuo de detectar e corrigir erros. Errar significa aprender, envolvendo a autocrítica, a avaliação de riscos, a tolerância ao fracasso e a correção de rumo, até alcançar os objetivos. É a capacidade das organizações em criar, adquirir e transferir conhecimentos e em modificar seus comportamentos para refletir estes novos conhecimentos. Isso implementa um mecanismo pelo qual os trabalhadores contribuem para o desempenho da empresa por meio da aplicação dos seus conhecimentos e habilidades em resolver problemas e de inovar constantemente. Cria-se a organização que aprende e que gera conhecimento.

No entanto, nenhuma mudança organizacional significativa pode ser realizada sem que se efetuem profundas mudanças nas formas de pensar e interagir das pessoas. A base de idéias que sustenta as “organizações que aprendem” estabelece o pensamento sistêmico, os modelos mentais, o domínio pessoal, a visão compartilhada, a aprendizagem em grupo e o diálogo como elementos inevitáveis do seu desenvolvimento, cada um proporcionando uma dimensão vital na construção de organizações realmente capazes de “aprender”, de ampliar continuamente sua capacidade de realizar suas mais altas aspirações.

## 14 - ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

### Escopo ou finalidade do projeto

Conclusão das Obras de acabamento de um edifício na Avenida Theotônio Segurado, locado com a finalidade de transferência da Corregedoria Geral de Justiça do atual endereço e abrigo da Escola da Magistratura, atualmente em funcionamento no edifício do Tribunal de Justiça; além da transferência de depósitos e almoxarifados dos locais já mencionados.

Esta ação visa a proporcionar aos Servidores e usuários da Justiça, instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, bem como reduzir gastos com aluguéis de imóveis, os quais atendem com deficiências as necessidades de funcionalidade, conforto e segurança.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e público em geral.

### Justificativa

De forma geral, as instalações serão adequadas, compostas por ambientes cuidadosamente dimensionados para as atividades afins, dotadas de iluminação e ventilação naturais, com instalações elétricas, hidráulico-sanitárias e demais instalações necessárias ao bom funcionamento do edifício. A elaboração de um projeto exclusivo ao atendimento judiciário irá beneficiar tanto à população receptora, quanto aos Servidores da Justiça.

Além destes fatores, a execução de um projeto inserido no contexto da identidade visual do Poder Judiciário do Estado do Tocantins irá refletir em organização e eficiência dos serviços prestados à comunidade.

## 15 - REFORMA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

### Escopo ou finalidade do projeto

Licitação para Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Proporcionar aos Servidores e usuários da Justiça, instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, as quais têm ocorrido em locais desprovidos de funcionalidade, conforto, segurança e até mesmo salubridade.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, principalmente os da capital, e a população de Palmas

### Justificativa

A Reforma geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins insere-se na formação de um novo paradigma quanto ao atendimento judiciário. O atual contexto resume-se em: organização, eficiência, agilidade, salubridade, conforto e segurança.

De forma geral, a reforma tornará as instalações adequadas, compostas por ambientes cuidadosamente dimensionados para as atividades afins, dotadas de iluminação e ventilação, com instalações elétricas, hidráulico-sanitárias e demais instalações necessárias ao bom funcionamento do edifício do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Além destes fatores, a adequação das instalações físicas deste Tribunal irá criar uma identidade visual ao Poder Judiciário, refletindo em organização e eficiência dos serviços prestados à comunidade local.



## **16 - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM MONITORAMENTO 24HS PARA O PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS**

### **Escopo ou finalidade do projeto**

Serviço de vigilância eletrônica com monitoramento 24 (vinte e quatro) horas/dia com sistema de câmeras e alarmes, com manutenção preventiva e corretiva, para o Poder Judiciário Tocantinense.

### **Alinhamento estratégico**

Garantir a segurança das sedes das 1ª e 2ª instâncias do Poder Judiciário Tocantinense, bem como, dos equipamentos, bens móveis e imóveis, garantindo a devida prestação jurisdicional ao cidadão.

### **Clientes do projeto**

Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins

### **Justificativa**

Justifica-se o pedido em virtude da necessidade de se garantir à segurança das instalações físicas dos prédios, bem como dos móveis e equipamentos instalados no Tribunal de Justiça, Corregedoria e nas Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

## 17 - VIRTUALIZAÇÃO DO ACERVO DE JURISPRUDÊNCIA, ACÓRDÃOS, INDEXAÇÃO E BUSCA PROCESSUAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Possibilitar o tratamento das informações do acervo de Jurisprudência desta Corte de modo que possamos permitir agilidade na busca eletrônica virtual de acórdãos e inteiro teor das Decisões do Tribunal de Justiça do Tocantins.

Promover a indexação das palavras contidas nas ementas e acórdãos através de um vocabulário jurídico controlado pelo STJ (TESAURO), garantindo a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade.

Disponibilizar recurso de busca eletrônica virtual dos despachos, decisões, acórdãos com seus respectivos votos vencedores e vencidos no formato que o outros Tribunais já vêm utilizando.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

### Clientes do projeto

Clientes internos: Divisão de Jurisprudência, Diretoria Judiciária, Biblioteca, Gabinetes dos Desembargadores, Magistrados e outros

Clientes externos: Advogados, Comunidade jurídica e outros

### Justificativa

Com a divulgação, por meio eletrônico, notadamente a internet, dos acórdãos considerados significativos pelos próprios Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que em síntese trata-se da JURISPRUDÊNCIA, a comunidade jurídica e as partes litigantes ganham em agilidade e qualidade da prestação jurisdicional.

Será feito inicialmente um tratamento das decisões e julgados inicialmente selecionados pela Comissão de Jurisprudência, tendo por critérios a riqueza de conteúdo dos julgados e o interesse que despertam para a comunidade jurídica e para a sociedade em geral, com o objetivo de identificação do posicionamento dos julgadores e posterior cruzamento dos dados obtidos com vistas a balancear o grau de imparcialidade das Turmas/Câmaras permitindo equilíbrio de posicionamento, o qual acarretará, por consequência, maior grau de tratamento equitativo às partes litigantes. Trazendo-se eficácia para o Poder Judiciário Tocantinense, logo teremos mais eficiência e mais justiça.

A virtualização do acervo de jurisprudência é um trabalho feito em conjunto, formada por uma equipe de documentação com auxiliar de equipe de Análise de Jurisprudência (que seleciona palavras

chaves para a respectiva indexação, preferencialmente com a utilização do Tesauro Jurídico que vem sendo utilizado pelo STJ) com apoio da Secretaria de Tecnologia e Informação.

Com vistas a promover maior agilidade nas informações processuais e otimização dos processos e de seus atos, permitindo as partes interessadas ler, imprimir despacho, decisões, ementas, acórdão, votos e no mesmo modo em que vem sendo até mesmo informações da Certidão de Julgamento, mediante seleção de um ícone específico.

## 18 - SEGURANÇA DE REDE

### Escopo ou finalidade do projeto

Propõe-se com esse projeto dotar o ambiente desta Egrégia Corte de ferramentas capazes de garantir a segurança da informação em todos os níveis, implementando uma política de prevenção de riscos e criando um ambiente seguro para execução das atividades que dependam de infra-estrutura tecnológica.

O projeto deverá contemplar os seguintes níveis de controle e prevenção:

- Implantação da política de prevenção de riscos em todo o parque tecnológico;
- Controle total para prevenção contra intrusões, inspeção de tráfego dados e filtragem de conteúdo entre a Internet e a rede interna;
- Controle total para detecção, prevenção e reparação automática de ameaças transitando pela estrutura e ativos de rede e links de comunicação de dados

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais - Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Garantir a agilidade nos tramites judiciais e administrativos - Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA – Facilitar o acesso a justiça

### Clientes do projeto

Em primeiro plano, a Divisão de Redes e, em segundo, todos os usuários do Poder Judiciário (interno e externo)

### Justificativa

A existência de ataques de vírus tem causado risco às informações e atraso na execução de tarefas, além é claro, o comprometimento da funcionalidade da unidade no atendimento a população. Portanto é necessária a urgente implantação de uma solução de segurança que possibilite a prevenção desses eventos, ou seja, precisamos dotar a unidade de ferramentas para uma ação planejada e proativa a esses eventos.

As organizações que utilizam ou possuem serviços disponíveis por meio da Internet ou por outras redes parceiras devem ter uma atenção especial com esse canal de comunicação, pois além do imensurável benefício de permitir conectividade em esfera global, também representa, em

contrapartida, risco potencial para acessos não autorizados e maliciosos. Neste contexto, torna-se imprescindível a adoção de soluções que minimizem os riscos e evitem prejuízos, não só em relação às questões que envolvem tecnologia, mas também de ordem financeira e da imagem institucional desta Egrégia Corte.

Sendo assim, o emprego de soluções em segurança que possibilite monitorar e controlar o tráfego de dados que circula entre a rede local e a Internet deve ser adotado, pois estabelece um único canal de entrada e saída entre aqueles ambientes, permitindo a proteção da rede local (Intranet) contra ações de hacker.

## 19 - CONSOLIDAÇÃO DO AMBIENTE DE TIC

### Escopo ou finalidade do projeto

Aquisição de uma solução tecnológica, que visa à reestruturação da infra-estrutura de hardware e software do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que permita o controle centralizado do ambiente de TIC, proporcionando maior flexibilidade, alta disponibilidade e segurança da informação, suportando os atuais sistemas de informação e as novas demandas, através de um crescimento organizado e escalável.

**Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, e Juizes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendado a realização de um sistema de mensagen instantânea via internet, dentro das unidades administrativas.**

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais - Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Garantir a agilidade nos tramites judiciais e administrativos - Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA – Facilitar o acesso a justiça.

### Clientes do projeto

Em primeiro plano a Divisão de Redes, e em segundo todos os usuários do Poder Judiciário (interno e externo).

### Justificativa

Para que esta Egrégia Corte cumpra seu principal papel, que é o de viabilizar, desenvolver e garantir o cumprimento dos processos jurisdicionais do Estado do Tocantins é preciso que sua infra-estrutura tecnológica esteja apoiada em uma arquitetura moderna, segura e flexível, capaz de garantir o seu sucesso, com foco na credibilidade das transações realizadas, no desempenho das aplicações, na alta disponibilidade e segurança da informação.

## 20 - PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO PODER JUDICIÁRIO

### Escopo ou finalidade do projeto

Acompanhamento da saúde do servidor, com vistas a resultados positivos no trabalho e na vida pessoal, através de consulta médica no Espaço Saúde e campanha de vacinação, controle da pressão arterial e exame de dosagem de glicemia.

Diagnosticar patologias como diabetes, hipertensão, dislipidemia, obesidade, entre outras. Os Servidores dispõem de acompanhamento com nutricionistas, com disponibilização de dieta específica.

Estimular os Servidores do Poder Judiciário à prática de atividades físicas através do esporte, bem como possibilitar a realização de atividades que estimulem a saúde de nosso servidor. É norteado pelos princípios da humanização dos serviços de saúde promovendo a sua valorização enquanto ser humano. Procura desenvolver sua auto-estima, motivando o profissional para as atividades de trabalho do dia a dia e estimula o seu convívio social. Além disso, busca a prevenção de doenças causadas pelo sedentarismo e inatividade física.

Em suma, o projeto visa:

- Atuar preventivamente no diagnóstico e tratamento de doenças
- Acompanhamento do servidor por profissional da saúde habilitado
- Proporcionar aos servidores, em caráter preventivo, saúde e segurança no ambiente de trabalho.

*Fazem parte desse Projeto a Semana Cultural, ginástica laboral compensatória e a Implantação do Centro de Educação Infantil, cujas descrições seguem em anexo.*

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

### Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

### Justificativa

Viver em uma sociedade em perfeita harmonia é algo muito difícil de conseguir, pois atualmente a sociedade é baseada no trabalho. Trabalho esse que faz com que os indivíduos sejam confrontados com todo tipo de pessoa, com diferentes temperamentos.

Freqüentemente trabalho significa um “emprego assalariado”. Esta definição, no entanto, é muito limitada.

Podemos definir o trabalho como uma tarefa, exercício de atividade humana, manual ou intelectual, que é produtiva. Através do qual as pessoas preenchem as suas necessidades, quer de ordem econômica, social, familiar, pessoal.

Fazendo uma relação entre a Psicodinâmica e a Sociologia do Trabalho, é possível evidenciar a estreita relação de saúde com trabalho. Tem-se presente que as transformações em curso no mundo do trabalho podem ter um efeito positivo sobre os trabalhadores, por meio do uso adequado da tecnologia, tendo a tensão como parte do cotidiano do trabalhador, quebrando a reciprocidade e a solidariedade entre os colegas de trabalho, na medida em que a tensão pessoal separa, individualiza o sofrimento daqueles que estão na mesma condição, a tal ponto que os desgastes físico e psicológico passam, muitas vezes, a ser banalizados e encarados como se fossem parte da forma normal de trabalhar e viver.

O stress é atualmente apontado como uma das principais causas de demissões e afastamento do trabalho e, assim, tem suscitado grande preocupação por parte dos administradores de empresas.

Sabendo que a grande parte do stress existente nos ambientes de trabalho é causado por conflitos internos dentro das Empresas, vale examinar mais detalhadamente as naturezas destes conflitos e suas conseqüências para a vida pessoal e profissional dos indivíduos.

Os conflitos existem desde o início da humanidade, fazem parte do processo de evolução dos seres humanos e são necessários para o desenvolvimento e o crescimento de qualquer sistema familiar, social, político e organizacional. Existem inúmeras alternativas para indivíduos e grupos lidarem com o conflito. Eles podem ser ignorados ou abafados ou até mesmo sanados e transformados num elemento auxiliar na evolução de uma sociedade ou organização.

Assim sendo a presente pesquisa tem como objetivo geral definir o stress, identificando suas possíveis causas e suas conseqüências para os indivíduos.

Busca-se também identificar as variáveis do stress, fontes de pressão no trabalho e suas conseqüências para o individuo e examinar a natureza dos conflitos internos das empresas e formas para administrá-los.



**ANEXO I AO PROJETO**  
**PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E SEUS**  
**DEPENDENTES DO PODER JUDICIÁRIO**

**SEMANA CULTURAL**

**Escopo ou finalidade do projeto**

A Semana Cultural terá como público alvo os Magistrados, Servidores do Poder Judiciário e seus familiares.

Serão desenvolvidas várias atividades com intervenções artísticas que podem ser praticadas dentro do ambiente de trabalho. A representação de fragmentos de clássicos do teatro mundial, apresentações musicais de estilos variados, cafés literários, oficinas de arte e artesanato, concursos artísticos são algumas das infinitas possibilidades.

**Alinhamento estratégico**

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

**Clientes do projeto**

Magistrados , Servidores do Tribunal de Justiça, alcançando ainda seus familiares.

**Justificativa**

Suprir a necessidade do Poder Judiciário de desenvolver mais atividades que enriqueçam o repertório cultural dos Servidores e conseqüentemente o nível de apreciação artística. Existem várias atividades de intervenções de arte que podem ser praticadas dentro do ambiente de trabalho proporcionando sensações que tornam o labor mais interessante e produtivo.

## ANEXO II AO PROJETO

### PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO PODER JUDICIÁRIO GINASTICA LABORAL COMPENSATÓRIA

#### Escopo ou finalidade do projeto

A Ginástica laboral é realizada durante a jornada de trabalho, através das pausas visando que o trabalhador compense as alterações indesejadas advindas do stress físico e mental. Através deste projeto serão realizados exercícios de alongamento e relaxamento adequando e moldando a volta às atividades.

O crescimento individual e coletivo dos servidores, proporcionando melhor ambiente de trabalho para que possam desenvolver suas habilidades, capacidades, competências e potencialidades, visando a qualidade de vida para o servidor público.

- Redução do número de afastamentos por lesões LER/DORT;
- Redução do absenteísmo;
- Corrigir vícios posturais que interferem negativamente na atividade de trabalho;
- Contribuir para prevenção de casos de doenças Osteomusculares relacionadas ao trabalho;
- Conscientização corporal, tanto para as atividades concernentes à suas atribuições no trabalho, quanto para as da vida diária.
- Reduzir fadiga muscular e cognitiva, estresse decorrente das atividades e sobrecargas laborais.

#### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

#### Clientes do projeto

Todos os servidores

#### Justificativa

Proporcionar aos Servidores exercícios de descontração muscular e relaxamento para uma melhor utilização de sua capacidade funcional, diminuir a fadiga e prevenir as enfermidades profissionais e crônicas;

- Redução crescente do número de indivíduos sedentários;
- Melhora na capacidade de atenção e concentração;
- Integração entre os Servidores dentro de um determinado setor, melhorando a participação e produção em grupo;
- Melhora da qualidade física e psíquica dos Servidores.

## ANEXO III AO PROJETO

### PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO PODER JUDICIÁRIO

#### CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

##### Escopo ou finalidade do projeto

O Centro de Educação Infantil originou-se da iniciativa da Excelentíssima Senhora Desembargadora Willamara Leila, que, preocupada em contribuir com a garantia e efetivação dos direitos das crianças, conforme previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O referido Projeto visa ao atendimento de filhos de Servidores e Magistrados na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, que durante sua jornada de trabalho, não possuem local adequado para deixar suas crianças.

O atendimento alcançará todos os Servidores e Magistrados que prestam seus serviços ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins e residem no Município de Palmas.

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juízes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendada a expansão deste projeto a demais comarcas (interior do Estado).

##### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Buscar continuamente a satisfação dos usuários;

Promover ações de responsabilidade social e ambiental;

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

##### Clientes do projeto

Servidores e Magistrados deste Poder Judiciário, que possuam filhos na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, residentes no Município de Palmas.

##### Justificativa

A implantação do Centro de Educação Infantil visa ao melhor desempenho e motivação dos Servidores e Magistrados do Poder Judiciário, na tranquilidade de que durante a jornada de trabalho seus filhos estão em lugar seguro e bem cuidados, além de contar com um local especializado para integrar as crianças a Educação Infantil.

O projeto visa, também, a promover aspectos educativos, de estímulo motor, sensorial e psicossocial, que ao deixar em casa terminavam nas condições mais adversas: sob a responsabilidade de crianças mais velhas, empregadas domésticas, ou aos cuidados de vizinhos, entre outras.

Diante desta problemática, alternativa encontrada pelos pais foi a inserção de seus filhos na rede privada, todavia tal atitude gerou custos extras, comprometendo o orçamento das famílias e sua qualidade de vida e nem sempre recebendo um atendimento de qualidade.

Nesta perspectiva, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins vem propor a implantação de um Centro de Educação Infantil em uma perspectiva inclusiva, com o objetivo de garantir o acesso de todas as crianças de 0 a 5 anos, dependentes dos Servidores e Magistrados do Poder Judiciário no município de Palmas, garantindo-lhes um local de proteção, cuidados, bem como de desenvolvimento psico-pedagógico.

Com essa iniciativa esperamos como resultados: menor ocorrência de acidentes domésticos; redução do absenteísmo ou inassiduidade do servidor; melhoria do desempenho do servidor nos serviços realizados com aumento de sua produtividade; melhoria da saúde infantil; desenvolvimento bio-psicossocial adequado; garantia da efetivação dos direitos da criança previstos na legislação.

## 21 - IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE AUDITORIA INTERNA

### Escopo ou finalidade do projeto

Programa que possibilita de forma única e integrada a gestão de auditoria, riscos e controles internos, aplicando-o em processos de auditoria em qualidade.

- implantar mecanismos eficazes de informações internas;
- dar condições ao auditor de acompanhar se as recomendações estão sendo acatadas;
- sistemas de controle de obras públicas;
- controle nas qualidades de auditorias e inspeções de conformidade;
- otimizar recursos material e humano;
- controle dos processos organizacionais do órgão;
- disponibilizar os documentos em meio magnético através de digitalização dos processos/documentos sob o exame do controle interno;
- eficácia da atuação do controle interno, pela rapidez e completeza do acesso às informações;

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

### Clientes do projeto

Comunidades locais, Magistrados; Diretorias; Seções; Servidores do Tribunal de Justiça.

### Justificativa

A Controladoria Interna do Poder Judiciário precisa acompanhar os avanços sociais, administrativos e tecnológicos que informam os processos sujeitos às suas ações de controle. Para tanto, cabe desenvolver um mecanismo permanente de aperfeiçoamento de seus instrumentos e processos de trabalho para a produção de resultados de qualidade e tempestividade que atendam às expectativas da sociedade, dos gestores públicos e do Estado em relação ao controle interno.

Para cumprir seu papel institucional, a organização necessita de instrumentalizar, em termos de soluções de tecnologia da informação, tanto os Servidores da área meio quanto a área fim, com o objetivo de dinamizar os processos internos, evitar o retrabalho, assegurar fidedignamente da informação e suportar adequadamente os processos decisórios em cada área.

As organizações modernas não podem prescindir da implantação de mecanismos informatizados de gestão de documentos, recursos logísticos e materiais, como forma de subsidiar pronta e suficientemente os processos decisórios, voltados para seu adequado funcionamento.

Neste contexto, a implantação de um Software no Controle Interno, ferramenta moderna de comunicação e trabalho, torna-se necessária, até mesmo para familiarizar com os avanços da tecnologia da informação representados pelos recursos nela disponibilizados.

## 22 – ELABORAÇÃO DE MANUAL TÉCNICO

### Escopo ou finalidade do projeto

Esse projeto desenvolve-se em duas linhas de atuação: a elaboração do manual prático da execução orçamentária e a confecção de apostilas e manuais técnicos de auditoria e inspeção.

Elaborar o manual prático da execução de despesa pública no Poder Judiciário do Tocantins, a fim de proporcionar aos Servidores instrumento com informações necessárias e suficientes para gestão de recursos públicos, contemplando todos os estágios da despesa pública.

Elaborar apostilas e manuais técnicos de auditoria e inspeção a fim de:

- Incrementar a satisfação do servidor, com melhoria das condições de trabalho;
- implantar mecanismos eficazes de informação interna;
- valorizar os trabalhos realizados dos grupos de auditoria e inspeção, e incentivar pela excelência dos trabalhos desenvolvidos, dando ferramentas necessárias;
- dinamizar o funcionamento da Controladoria para oferecer serviço público de qualidade;
- dar proteção ao auditor quando da realização de trabalhos considerados de risco;
- melhor planejamento e distribuição de tarefas e melhor acompanhamento do cumprimento das mesmas;
- aperfeiçoar melhorias no ambiente físico de trabalho;
- definir critérios imparciais para aplicação de direitos e obrigações aos servidores;
- contribuir para o aprimoramento das legislações;
- assistência ao setor auditado visando à correção de irregularidades e o aprimoramento de métodos para o cumprimento das normas;
- investir na capacitação e desenvolvimento dos profissionais da Controladoria;
- modernizar as práticas de gestão, promovendo a motivação e o comprometimento de pessoas;
- aperfeiçoar a gestão de documentos, recursos logísticos e materiais.

### Alinhamento estratégico

Alinhamento estratégico:

Fortalecer a cultura do planejamento, garantindo o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário do Tocantins, com ênfase na gestão participativa.

### Clientes do projeto

Magistrados, Diretorias, Seções e Servidores do Tribunal de Justiça.

### Justificativa

1. Melhoria da execução das despesas públicas; diminuir a influência das disfunções burocráticas na gestão; contribuir com a administração gerencial voltada à efetiva prestação dos serviços aos

jurisdicionados; redução do re-trabalho, mais aproveitamento da capacidade laborativa dos Servidores envolvidos; padronização das execuções operacionais e patrimoniais.

Necessidade de padronizar as rotinas básicas da despesa pública, assim como tornar mais ágeis os processos de sua execução em consonância com a demanda de uma administração mais dinâmica e gerencial, de forma a contribuir para que a burocracia não se torne o fim pretendido, mas sim um instrumento que beneficie as atividades destinadas aos jurisdicionados.

2. A Controladoria Interna do Poder Judiciário tem como missão trabalhar para assegurar, em harmonia com o controle social, a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade, precisando acompanhar os avanços sociais e administrativos que informam os processos sujeitos às suas ações de controle.

Tem por finalidade exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional com foco na gestão das políticas públicas, comprovando a legalidade e avaliação dos resultados quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia.

Para tanto, cabe dispor de instrumentos necessários para a realização de inspeção e auditoria interna, com o objetivo de auxiliar e orientar a atuação dos analistas do controle interno e para agregar valores à gestão pública, sendo necessário o aprimoramento das legislações para disseminação das melhores práticas a serem observadas, como forma de subsidiar pronta e suficientemente os processos decisórios voltados para o seu adequado funcionamento.



## 23 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Implantação de sistema integrado para almoxarifado, patrimônio e podendo também ser incluído a central de compras, para único cadastro de fornecedores, produtos e serviços.

Faz parte deste Projeto a realização do inventário geral do Tribunal de Justiça.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

### Clientes do projeto

Diretoria Administrativa

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretoria Geral

Presidência

Comarcas

### Justificativa

O programa hoje usado pela seção de almoxarifado é muito lento, de poucos recursos para emissão de relatórios e de não ter manutenção pelo CPD-TJTO.

Como o sistema atual é deficiente em relatórios, tais como: estoque mensal, estoque anual, consumo por unidade solicitante, consumo por item, média de consumo por unidade e por item, etc, temos que fazer alguns destes relatórios no excel, que ocasiona perda de tempo e ocupação de mão-de-obra.

Com este novo software poder-se-ia implantar o sistema de solicitações online tanto para materiais de consumo (almoxarifado) como para materiais patrimoniados, gerando assim: otimização das rotinas, excelência na gestão dos custos operacionais e a satisfação dos usuários, tanto no atendimento quanto na entrega dos bens.

## ANEXO I AO PROJETO MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL

### I - REALIZAR INVENTÁRIO GERAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### Escopo ou finalidade do projeto

Realizar o Inventário Patrimonial em todas as Comarcas, Tribunal de Justiça, nos depósitos e na Corregedoria, para sabermos a quantidade bens existentes. Realizar levantamento da situação dos imóveis. Coletar descrições com dados técnicos, medidas e nº de série de todos os mobiliários e equipamentos existentes (padronização descritiva). Digitação dos relatórios de bens existentes em cada setor/comarca. Auxiliar na realização da baixa patrimonial dos bens, de acordo com as portarias 555/08 e 504/06. Etiquetar todos os bens que por ventura não estiverem tombados e que pertençam ao Tribunal de Justiça. Substituir todas as etiquetas de metal simples pela etiquetas código de barras para uso do leitor óptico.

#### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Buscar a excelência na Gestão de custos operacionais

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis

#### Clientes do projeto

Todas as unidades/setores do Tribunal de Justiça, unidades/setores da Corregedoria Geral de Justiça, Diretoria dos Fóruns das Comarcas. As unidades gestoras envolvidas no projeto seriam: a própria Divisão de Patrimônio através Diretoria de Administrativa e a Diretoria de Informática.

#### Justificativa

Hoje não se tem o controle efetivo de todos os bens existentes no Tribunal, Corregedoria e Comarcas. Não dispomos de uma descrição patrimonial padronizada, não há padronização do tipo de etiquetas utilizadas e nem há uma constante atualização do nome dos responsáveis pela guarda dos bens em cada departamento. Portanto, há uma necessidade urgente de se levantar de forma minuciosa o que o Tribunal de Justiça dispõe de material permanente em todas as Comarcas e setores. Com a realização do inventário, teríamos um controle mais eficiente do patrimônio público, mais eficiência na prestação de contas patrimonial e finalmente uma melhor prestação de serviço ao usuários da justiça.

## 24 - IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TJ-TO

### Escopo ou finalidade do projeto

Considerando que o crescimento dos litígios exige uma infra-estrutura física e humana para atingir com êxito a missão deste Sodalício, e ainda, balizado no art. 99 da Constituição Federal Brasileira, a qual assegura ao Poder Judiciário a autonomia administrativa e financeira, buscaremos com a implementação deste projeto assegurar recursos orçamentários a fim de compatibilizar com as necessidades reais deste Poder.

Este projeto trará no seu escopo a possibilidade real de elevação e da maximização dos recursos disponíveis por meio do planejamento, acompanhamento e avaliação da disponibilidade orçamentária e execução financeira do Poder Judiciário do Tocantins.

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juízes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendada a disponibilização de níveis de acesso ao sistema de dados financeiros aos Desembargadores, com informação sobre execução orçamentária, convênios.

### Alinhamento estratégico

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégicas.

### Clientes do projeto

Poder Judiciário do Tocantins e sociedade civil.

### Justificativa

Em geral a demanda por recursos é maior que a disponibilidade orçamentária – financeira, sendo assim urge a necessidade do Poder Judiciário Tocantinense maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis mediante um planejamento coerente, um acompanhamento constante e uma avaliação sistemática e balizada pelos critérios de economicidade, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos.

Outro fato relevante do efetivo planejamento e acompanhamento do orçamento é a diminuição de solicitação de movimentação orçamentária e crédito adicional ao Poder Executivo, comportamento que caracteriza falta de planejamento desta Corte de Justiça, e ainda algumas vezes ocasiona falta de celeridade no atendimento da demanda pleiteada.

Além disto, cabe a este Poder acompanhar a Receita Corrente Líquida do Estado para assegurar que o seu percentual do repasse esta sendo aplicado em base de valores correto.

Ante o exposto, é essencial que a Diretoria de Informática desta Corte de Justiça desenvolva **um programa** para gerenciar o orçamento por diretoria, a fim de disponibilizar aos técnicos as funcionalidades e subsidiar as tomadas de decisões dos gestores, e assim evitar que haja diversos controles paralelos que são passíveis de erros e inconsistências.

Portanto, a fim de subsidiar o desenvolvimento de um programa de orçamento será realizada uma pesquisa nos Tribunais de Justiça Estaduais com objetivo de filtrar as melhores práticas adotadas quanto à gestão de orçamento nas demais Cortes de Justiça Estadual e adequar a nossa realidade.

Esta ação subsidiará o efetivo monitoramento do orçamento do Poder Judiciário Tocantinense, condição essencial para aplicar com eficiência e eficácia a utilização dos recursos disponíveis, e ainda por consequência, reverter para uma melhoria na prestação jurisdicional tocantinense,

Além disso, com um monitoramento efetivo e contínuo sobre a disponibilidade orçamentária e financeira haverá subsídios para negociar com o Poder Executivo um melhor percentual da participação na Receita Corrente Líquida compatível com as reais necessidades do Poder Judiciário do Tocantins

## 25 - INFORMATIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

### Escopo ou finalidade do projeto

Informatização do gerenciamento de contratos e convênios por meio de um programa a ser desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação no qual se possa obter os seguintes dados:

Número do Contrato ou Convênio;

Objeto;

Dados da Contratada / Conveniada;

Autos Principais;

Autos de Pagamento de Faturas por ano;

Valor mensal, anual ou total;

Termos Aditivos;

Apostilamentos;

Notificações à Contratada;

Alarmes avisando o vencimento do contrato / convênio;

Lançamento de Faturas ao mês;

Arquivo digital dos termos.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### Clientes do projeto

Divisão de Contratos e Convênios.

### Justificativa

O controle de contratos e convênios ainda é feito por meio de planilha no Excel e todos os dados dependem de pastas arquivadas e conferência nos processos, o que torna o trabalho moroso. Ademais, corre-se o risco de perder todas as informações.

## 26 - TOTEM DE PESQUISA PROCESSUAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Trata-se da instalação de terminais de acesso para pesquisa processual em locais pré-determinados. Isso permitirá maior celeridade nas consultas processuais, dirimindo transtornos na busca processual junto às Câmaras

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a agilidade nas buscas e pesquisas de processos judiciais e administrativos

Facilitar o acesso à Justiça

Aprimorar a comunicação com públicos externos

### Clientes do projeto

Jurisdicionados.

### Justificativa

O presente projeto tem como objetivo garantir a agilidade na busca e pesquisa de processos judiciais e administrativos, proporcionando maior comodidade e satisfação ao jurisdicionado e, melhora no atendimento ao público, reduzindo o fluxo de pessoas nas dependências judiciais, proporcionando ainda celeridade nos trabalhos internos, uma vez que não muito raro, os Servidores são interrompidos em seu labor em razão de uma simples consulta processual para saber a sua tramitação.

Assim sendo, o Judiciário Tocantinense estará seguindo as tendências dos Tribunais superiores e à Ordem Mundial, a informatização, evidenciando-se a necessidade de sua implantação.

## 27 - MONITORAMENTO DAS METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

### Escopo ou finalidade do projeto

Implantar a Gestão Estratégica no Tribunal de Justiça do Tocantins com base na metodologia Balanced Scorecard, com a missão de contribuir para a construção do futuro da organização de forma sustentada a partir do direcionamento estratégico, da otimização no uso dos recursos, do desenvolvimento de projetos estratégicos, da renovação da visão de futuro da organização e da disseminação da cultura de gestão por objetivos estratégicos na organização.

Dentre os principais objetivos podemos elencar:

- Acompanhar o cumprimento das metas estratégicas da organização e do Poder Judiciário;
- Padronizar procedimentos para elaboração de metas e projetos estratégicos;
- Coordenar a capacitação de multiplicadores para a operacionalização do planejamento estratégico e gestão de projetos, interna e externamente ao TJTO;
- Promover ações de sensibilização para o planejamento estratégico;
- Manter portfólio de projetos e de ações estratégicas visando a fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso;
- Incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacionais, interna e externamente;
- Manter e promover o intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;
- Definir em conjunto com outras áreas os indicadores de medição de desempenho de projetos e processos de trabalho

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação com os Tribunais.

Buscar excelência na gestão de custos operacionais.

Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação dos Tribunais.

### Clientes do projeto

Magistrados, Diretores/Diretorias setoriais e Servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins.

As justificativas para a implantação do Planejamento Estratégico derivam da observação da realidade e das dificuldades observadas na gestão dos recursos e na orientação destes para atingir os objetivos estratégicos fixados tais como:

1. A necessidade em divulgar, disseminar e implantar o planejamento, fazendo com que a administração entenda a importância dos projetos e iniciativas estratégicas para o alcance dos objetivos. A adoção de um modelo de gestão estratégica contribui para o alinhamento das ações às diretrizes maiores da organização e no monitoramento da execução das ações e ações prioritizadas para assim aumentar a sua chance de sucesso, associada ao provimento de informações gerenciais consolidadas e ágeis, que facilitam a tomada de decisão por parte da alta administração, o que pode contribuir para reduzir os riscos de insucesso na gestão da organização.
2. Falta de procedimentos, processos e ferramentas definidos e divulgados. A adoção de uma metodologia de gestão estratégica que garanta transparência e visibilidade no acompanhamento dos resultados das ações contribui também para o alinhamento das ações e conseqüentemente para o atingimento dos objetivos.
3. Ao ocorrer sinais de insatisfação dos clientes para com os serviços prestados pela organização, situação em que a implantação de um modelo de gestão estratégica se justifica pela necessidade de aumentar a satisfação dos clientes por meio da melhora na qualidade dos serviços fornecidos.
4. Os recursos humanos, materiais e financeiros alocados às ações estratégicas e aos processos não estejam otimizados, correndo risco de haver desperdício de qualquer espécie. Neste caso, o emprego de metodologia de gestão estratégica atua diretamente na racionalização dos recursos naturalmente escassos naquelas iniciativas estratégicas e processos mais alinhados com os objetivos estratégicos da organização.



## 28 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE ESTATÍSTICO E MONITORAMENTO DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Elaborar uma planilha de acompanhamento mensal das informações sobre o planejamento estratégico.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação com os Tribunais.

### Clientes do projeto

Magistrados de 1º e 2º Grau, Assessoria de Gestão Estratégia, Estatística e Projetos, Gerentes de Projetos.

### Justificativa

O presente plano visa a acompanhar mensalmente de forma precisa as informações referentes ao planejamento estratégico como taxa de congestionamento, produtividade do Magistrado, índice de atendimento a demanda, índice de agilidade no julgamento, índice de processos antigos, índice de virtualização dos processos novos e índice de agilidade na publicação dos acórdãos, melhorar a execução das despesas públicas; diminuir a influência das disfunções burocráticas na gestão; contribuir à administração gerencial voltada à efetiva prestação dos serviços aos jurisdicionados; redução do retrabalho, mais aproveitamento da capacidade laborativa dos Servidores envolvidos; padronização das execuções operacionais e patrimoniais.

Necessidade de padronizar as rotinas básicas da despesa pública, assim como tornar mais ágeis os processos de sua execução em consonância com a demanda de uma administração mais dinâmica e gerencial, de forma a contribuir para que a burocracia não se torne o fim pretendido, mas sim um instrumento que beneficie as atividades destinadas aos jurisdicionados.

## 29 - REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

### Escopo ou finalidade do projeto

O objetivo da Pesquisa de Clima Organizacional é mensurar o nível de satisfação dos Magistrados e Servidores com o ambiente organizacional e a maneira como as pessoas interagem uma com as outras.

O Clima Organizacional está ligado, diretamente, à maneira como o servidor PERCEBE a Instituição, a sua cultura, suas normas, seus usos e costumes, como ele INTERPRETA tudo isso e como ele REAGE, positiva ou negativamente, a essa interpretação.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

### Clientes do projeto

Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça

### Justificativa

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma das mais importantes ferramentas para Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico de Recursos Humanos.

Sendo o ambiente organizacional um verdadeiro universo de diferentes interesses, consequência de posturas pessoais e profissionais diferenciadas, modo de vida diversificado, maneira diferente de encarar o mundo, não há uma só local em que todas as pessoas que dela participem tenham conceitos e valores uniformes. Não se pode afirmar que todos, dentro da organização, frente às suas políticas, normas e costumes, interpretem e reajam da mesma maneira, tenham os mesmos valores e a mesma intensidade de aceitação ou rejeição sobre os mesmos aspectos ou acontecimentos da vida profissional e pessoal.

Isto significa que uma mesma situação existente na instituição, num determinado momento, será percebida de maneira diferente pelos diversos grupos de colaboradores. Alguns terão uma percepção positiva e a considerarão uma situação agradável ou motivadora, porque de alguma maneira ela atende suas aspirações e desejos. Outros, frente à mesma situação, terão uma percepção negativa porque, de maneira contrária, ela não atende suas motivações.

O resultado final da Pesquisa de Clima Organizacional deve apresentar as informações necessárias para a identificação de oportunidades de melhoria e a elaboração de um plano de ações.

## 30 - GERENCIAMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS E MALOTES

### Escopo ou finalidade do projeto

O programa/sistema de gerenciamento de correspondências on-line (CORRESPWEB) tem como finalidade a integração em um único banco de dados todas as movimentações de correspondências e malotes entre o Tribunal de Justiça e as Comarcas. Para tanto, será necessário o treinamento e capacitação do pessoal das Comarcas responsáveis pelas postagens de correspondências e malotes.

O programa/sistema contará com ferramentas de contato com a Correspondência no Tribunal de Justiça, visando a solucionar dúvidas. Estarão disponíveis as ferramentas de acesso aos manuais de uso do sistema CORRESPWEB e de postagens de correspondências e malotes.

### Alinhamento estratégico

Objetivos estratégicos:

Buscar continuidade a satisfação dos usuários

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis

### Clientes do projeto

Magistrados

Servidores

Usuários do Judiciário

### Justificativa

Torna-se necessário disponibilizar ferramentas tecnológicas e mais eficientes para viabilizar a eficiência, rapidez e segurança nos serviços prestados pelo Judiciário. Por meio do Sistema/Programa CORRESP, os relatórios das postagens e envio de malotes estarão disponíveis para conferência e acompanhamento pela Divisão de Correspondência, bem como conferir os relatórios com as faturas emitidas pelos Correios.

A capacitação será fundamentada na orientação aos Servidores e Serventuários do Tribunal e das Comarcas responsáveis pela triagem e envio de malotes e postagens nos Correios, com a finalidade de aperfeiçoar o rastreamento e controle de entrada e saída de postagens, o que passa a ser possível por meio do programa/sistema integrado on-line, tendo como objetivo melhorar a eficiência operacional.

O manual de instrução de uso do sistema CORRESPWEB estará disponível no endereço virtual do programa e resolverá dúvidas rotineiras em relação a sua operacionalização; o manual de postagem vai solucionar e esclarecer as dúvidas sobre os serviços ideais (agilidade e economia) para cada finalidade.

## 31 - PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING

### Escopo ou finalidade do projeto

Contratação de Agência de Publicidade e Marketing para criar e executar um plano de Publicidade e Comunicação do Poder Judiciário do Tocantins incluindo estudo, criação, produção e distribuição de campanhas, peças publicitárias e informativos; desenvolvimento e execução de ações promocionais; elaboração de marcas e expressões de propaganda, de logotipos e outros elementos de Comunicação Social.

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juízes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendado que haja uma interação e integração no plano de marketing dos veículos de comunicação do Judiciário como Asmeto, Corregedoria, Tribunal de Justiça.

*Fazem parte deste Projeto e seguem em anexo: Canal Aberto; Jornal Mural; Notícias do Judiciário e Implantação de Rádio interna nos Fóruns.*

### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade

### Clientes do projeto

Poder Judiciário do Tocantins

### Justificativa

A contratação de uma empresa especializada em comunicação e marketing vai contribuir para melhorar a imagem e aprimorar a comunicação entre o Poder Judiciário e a população do Tocantins. A realização de campanhas publicitárias facilitará o acesso à justiça com a veiculação de informações de utilidade pública e de esclarecimento sobre os direitos e deveres de cada cidadão

## ANEXO I AO PROJETO PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING

### CANAL ABERTO

#### Escopo ou finalidade do projeto

Esse projeto encampará as seguintes ações:

- Programa de encontros informais entre a Presidente do Tribunal de Justiça e os editores de jornais e revistas.
- Capacitação de jornalistas através de cursos, painéis ou seminários ministrados por Servidores do Tribunal ou por Operadores do Direito.
- Visitas orientadas organizadas por segmentos da sociedade

#### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade.

#### Clientes do projeto

Tribunal de Justiça do Tocantins

#### Justificativa

- Melhoria da qualidade da comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade pois a imprensa age como formadora de opinião;
- Dar transparência e publicidade às ações do Poder Judiciário

## ANEXO II AO PROJETO PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING

### JORNAL MURAL

#### Escopo ou finalidade do projeto

O Jornal Mural servirá como uma ferramenta de comunicação entre o público interno, disponibilizando ao mesmo um espaço onde poderá se manifestar, ao mesmo tempo em que se informa das ações desenvolvidas dentro do Poder Judiciário.

#### Alinhamento estratégico

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores

Investir continuamente nos recursos humanos

#### Clientes do projeto

Servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins

#### Justificativa

Qualquer ação de integração traz uma maior agilidade na prestação jurisdicional pois proporciona dinamismo nas relações entre os servidores.

## ANEXO III AO PROJETO PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING

### NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

#### Escopo ou finalidade do projeto

É um espaço gratuito dentro do programa de rádio do Governo do Estado, "Tocantins em Dia" que é veiculado diariamente na rádio 96FM em mais 30 rádios comunitárias do Estado.

#### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade.

#### Clientes do projeto

Tribunal de Justiça do Tocantins

#### Justificativa

Melhoria da qualidade da comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade

## ANEXO IV AO PROJETO PLANO DE PUBLICIDADE E MARKETING

### RÁDIO INTERNA

#### Escopo ou finalidade do projeto

Instalação de sistema de sonorização interna nos fóruns e implantação de rádio interna com veiculação de programação musical, transmissão de informativos e valores comuns aos Magistrados e servidores, divulgação das ações da Justiça do Estado e outros assuntos de interesse do Poder Judiciário.

#### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade.

#### Clientes do projeto

Tribunal de Justiça do Tocantins

#### Justificativa

A rádio interna proporcionará uma padronização positiva do trabalho e a integração entre as Comarcas e o Tribunal de Justiça, além de abrir mais um canal de comunicação interna no Poder Judiciário.



## 32 - CERTIFICAÇÃO DIGITAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Promover mecanismos que garantam a autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas disponíveis no âmbito do Poder Judiciário.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre Poderes, setores e instituições

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis

### Clientes do projeto

Tribunal de Justiça

Advogados (Defensores Públicos)

Ministério Público

### Justificativa

Com a certificação digital é possível utilizar a Internet como meio de comunicação alternativo para a disponibilização de diversos serviços com uma maior agilidade, facilidade de acesso e substancial redução de custos, daí justificar-se a implementação do projeto com vistas à otimização de rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

## 33 - REESTRUTURAÇÃO E INCREMENTAÇÃO DO FUNCIVIL

### Escopo ou finalidade do projeto

Reestruturar o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNCIVIL (Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais)- de forma a aumentar a gerência de receita do Fundo, com inclusão dos agentes públicos, notadamente da Corregedoria-Geral da Justiça, com vistas ao maior controle e destinação da receita pública do respectivo Fundo.

### Alinhamento estratégico

Objetivos Estratégicos:

Fortalecer e harmonizar as relações entre Poderes, setores e instituições

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis

### Clientes do projeto

Corregedoria-Geral da Justiça

Cartórios Extrajudiciais

Tribunal de Justiça

### Justificativa

O Funcivil foi instituído pela Lei Estadual 1.484/04 e tem como objetivo a captação de recursos financeiros destinados ao custeio dos serviços de registros civis e da contribuição confederativa à Associação dos Notários e Registradores do Tocantins, equivalente a 5% da arrecadação mensal do Funcivil.

O Conselho Gestor do Fundo que o administra encaminha, mensalmente, um relatório sobre a execução orçamentário-financeira à Corregedoria-Geral, que, por sua vez, verifica a regularidade do repasse das receitas do Fundo. No entanto, tem-se aferido a necessidade de inclusão de agentes públicos na composição do Conselho gestor, uma vez que trata-se de gerência de verbas em sua natureza pública por entidade privada. Destaca-se também, como ponto de forte relevância, a destinação dos recursos aos Cartórios de Registro Civil, que na sua maioria, não recebem incrementos necessários para o suprimento, reaparelhamento, aprimoramento e a otimização dos serviços afetos ao Poder Judiciário.

## 34 - GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

### Escopo ou finalidade do projeto

Implantação de um Sistema de Gestão de Documentos que permita a substituição de documentos em papel por documentos eletrônicos, permitindo além de controlar, monitorar o fluxo em que o documento tramita internamente nas unidades organizacionais do Tribunal de Justiça, contemplando a elaboração de documentos, a assinatura eletrônica, estabelecimento de privilégios de acesso, pesquisa/recuperação por temas/números, distribuição em rede, circulação em rede para comentários e aprovação, registro de alterações, segurança e autenticidade, digitalização de documentos físicos e arquivamento e recuperação segura de documentos, com sistema de busca avançado, de forma parametrizada ou textual.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA – Facilitar o acesso à Justiça

### Clientes do projeto

Todos os usuários do Poder Judiciário (interno e externo)

### Justificativa

A informação e o conhecimento não têm valor se não estiverem estruturados dentro dos processos de negócio da organização, pois o acúmulo de documentos, sem o devido tratamento lógico, torna-se um conjunto de informações irrelevantes e sem utilidade.

Portanto, um sistema de gestão documental é a única alternativa estratégica desta Egrégia Corte para atender a esta demanda crescente, sempre com foco na criação e digitalização de documentos relacionados à atividade fim, o que permitirá consultas inteligentes, agilizando e agregando qualidade em toda a prestação jurisdicional.

## 35 - SALA COFRE

### Escopo ou finalidade do projeto

Aquisição de 02 (duas) Salas-Cofre, sendo uma instalada no Tribunal de Justiça e a outra no Fórum como contingência da primeira, objetivando o menor custo e o menor impacto sobre a estrutura de TIC em caso de sinistro.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais - Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA – Facilitar o acesso à Justiça

### Clientes do projeto

Em primeiro plano, a Divisão de Redes e, em segundo, todos os usuários do Poder Judiciário (interno e externo)

### Justificativa

Informações contidas em hardware e backup são extremamente sensíveis e demandam proteção física e condições adequadas de armazenamento para estar protegidas, íntegras e disponíveis em qualquer circunstância ou contingência. Condições ambientais inadequadas do Data Center (infra-estrutura elétrica e de climatização inadequadas, detecção e combate de incêndio deficientes e ausência de procedimentos de segurança previstos e recomendados em normas de reconhecimento mundial, como a ISO NBR 17799), e a ausência de proteção contra ameaças físicas (fogo, calor, umidade, gases corrosivos, água, acesso indevido, roubo e sabotagem e campos magnéticos) expõem os Data Centers a paradas não programadas constantes ou à perda de informações.

O tempo prolongado de uma parada não programada das atividades ou a perda de informações causada por sinistros, atentados ou falhas da infra-estrutura pode levar esta Egrégia Corte à perda de sua capacidade operacional e a prejuízos financeiros e econômicos vultosos, além de, acarretar problemas institucionais, políticos ou de segurança.

## 36 - CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

### Escopo ou finalidade do projeto

Projeto do Anexo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para atender a Corregedoria-Geral da Justiça, Escola da Magistratura, Depósito do Setor de Informática, Almoxarifado e demais utilizações que se fizerem necessárias.

Proporcionar aos Servidores e usuários da Justiça instalações adequadas ao bom desempenho das atividades, as quais têm ocorrido em locais desprovidos de funcionalidade, conforto, segurança e até mesmo salubridade.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### Clientes do projeto

Funcionários do Poder Judiciário e comunidade local.

### Justificativa

A ampliação da demanda dos serviços judiciários tornou inviável a utilização apenas do edifício do Tribunal de Justiça do Estado e do Fórum de Palmas para todas as finalidades. A Corregedoria Geral de Justiça, por sua vez, ainda não tem sede própria. Assim, estes serviços deverão ser transferidos para um edifício do Poder Judiciário, perfeitamente adequado aos devidos fins.

## ANEXO I – AO PROJETO

### CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

#### CONSTRUIR UM ALMOXARIFADO CENTRAL PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

##### Escopo ou finalidade do projeto

Construção ou aluguel de um prédio, com a finalidade única de guardar e estocar os bens, equipamentos e materiais de consumo. Além de obtermos uma maior organização, poderíamos atender aos pedidos do Tribunal de Justiça com mais rapidez e eficiência, mantendo sempre o controle mais rígido de entrada e saída.

##### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

##### Clientes do projeto

Todas as unidades/setores do Tribunal de Justiça, unidades/setores da Corregedoria Geral de Justiça, Diretoria dos Fóruns das Comarcas. As unidades gestoras envolvidas no projeto seriam: a própria Divisão de Patrimônio através Diretoria de Administrativa, o Departamento de Obras, a Divisão de Almojarifado e a Diretoria de Informática.

##### Justificativa

Hoje os depósitos são pequenos, insalubres e estratificados, dificultando tanto o controle de estoque, como o carregamento dos caminhões no momento da entrega. Com um espaço específico e com alguns Servidores mantendo o controle de entrada e saída de bens, eles também estariam ajudando no tombamento (etiquetamento) dos bens que forem sendo adquiridos, na segurança dos bens estocados, que hoje não dispõem de muita segurança. Atualmente também não há como ter um controle rígido quanto à entrada ou saída dos bens nos depósitos.

A criação de um Almojarifado amplo e bem estruturado, ajudaria a manter a conservação e organização do grande número de bens/equipamentos que o Tribunal de Justiça tem adquirido e ainda vai adquirir no decorrer dos próximos anos.

## 37 - COMUNICAÇÃO VISUAL

### Escopo ou finalidade do projeto

Padronização das identificações do Poder Judiciário, para facilitar o acesso dos usuários e servidores.

### Alinhamento estratégico

Objetivos Estratégicos:

Buscar continuamente a satisfação dos usuários

Facilitar o acesso à Justiça

### Clientes do projeto

Desembargadores

Juízes

Advogados

Promotores

Usuários da Justiça

Servidores

Serventuários

### Justificativa

A falta de identificação causa muito transtorno para quem procura determinado setor. Isto dificulta a locomoção dos usuários causando, por exemplo, atraso de seu comparecimento na audiência.

A padronização produzirá eficácia, pois todas as unidades do Poder Judiciário utilizarão mesmo padrão de identidade visual, proporcionando conforto aos usuários e economia para administração em sua aquisição.

## 38 - DISSEMINAÇÃO DE PARCERIAS

### Escopo ou finalidade do projeto

Estimular e promover parcerias com órgãos públicos, com o fim de racionalizar os gastos com serviços de natureza técnica, aproveitando a mão-de-obra deslocada de outros órgãos públicos para o interior do Estado, bem como a utilização conjunta de espaços físicos.

### Alinhamento estratégico

Objetivos Estratégicos:

Fortalecer e harmonizar as relações entre Poderes, setores e instituições

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

### Clientes do projeto

Comarcas do interior do Estado

Secretaria de Segurança Pública

Secretaria de Cidadania e Justiça

Ministério Público

Defensoria Pública

Polícia Militar

### Justificativa

Considerando que existem órgãos públicos de atendimento na maioria das cidades do interior do Estado, todos em consonância com os objetivos estratégicos do Poder judiciário, faz-se necessária a implementação de políticas de parcerias visando à otimização de tempo e custos, com reflexos diretos na prestação jurisdicional.



## 39 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

### Escopo ou finalidade do projeto

Implantação da Biblioteca Digital no Tribunal de Justiça do Tocantins, através de convênio com o Consórcio BDJur.

*Compõem ainda este Projeto a implantação de bibliotecas básicas nas Comarcas e a criação do Acervo Histórico do Tribunal de Justiça, que seguem em anexo.*

### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer Magistrados e Servidores com a execução da estratégia.

### Clientes do projeto

Serventuários, Magistrados, advogados, historiadores, arquivistas, professores universitários, profissionais de áreas afins e comunidade em geral.

### Justificativa

O Consórcio BDJur é uma rede de bibliotecas digitais formada pelos órgãos do Poder judiciário, nas esferas federal e estadual. Este consórcio pretende integrar em um único portal, os mais importantes repositórios de informação digital jurídica do Judiciário. O Tribunal de Justiça do Tocantins ao fazer parte desta rede terá acesso a consultas unificadas nestes acervos, podendo disponibilizar seus próprios documentos digitalizados (decretos, resoluções, etc), e ter acesso a todos os demais documentos da rede, contribuindo para a democratização e acessibilidade da informação jurídica.

# ANEXO I AO PROJETO IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

## BIBLIOTECAS BÁSICAS NAS COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO

### Escopo ou finalidade do projeto

Implantação de Mini Bibliotecas com acervo jurídico básico nas Comarcas do Estado do Tocantins.

### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer Servidores e Magistrados com a execução da estratégia

### Clientes do projeto

Magistrados e Serventuários das comarcas.

### Justificativa

As Comarcas sofrem com carência de material, principalmente informacional. A criação destas mini biblioteca servirá de suporte para as pesquisas nas diversas áreas do Direito, pois a informação é um instrumento básico de pesquisa fornecendo dados inclusive para o processo decisório dos Magistrados.

## ANEXO II AO PROJETO IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

### ACERVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

#### Escopo ou finalidade do projeto

Organização do acervo histórico (processos datados dos anos de 1800 e 1900) do Tribunal de Justiça do Tocantins

#### Alinhamento estratégico

Objetivo estratégico:

Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade

#### Clientes do projeto

Serventuários, Magistrados, advogados, historiadores, arquivistas, professores universitários, profissionais de áreas afins e comunidade em geral.

#### Justificativa

Em meio ao grande volume de documentos produzidos hoje em dia, os relativos ao Poder Judiciário se destacam devido a sua importância estratégica para a sociedade, nas relações formais entre suas instâncias e com os cidadãos. O Judiciário privilegia a informação escrita. Produzindo documentos em larga escala, o valor de prova desses documentos se enraíza e se expande, gerando enormes acervos, que sem a devida gestão tornam-se ineficazes, custosos e muitas vezes por falta do devido tratamento perdem-se com o tempo. É imprescindível preservar a memória da instituição, possibilitando a pesquisa de seu passado, no presente e no futuro.

## 40 - TJ SUSTENTÁVEL

### Escopo ou finalidade do projeto

O Projeto TJ Sustentável consiste em um conjunto de ações que visam a desenvolver nos Servidores do Poder Judiciário a consciência da importância da preservação do meio ambiente e incorporar uma cultura de redução do consumo e combate ao desperdício.

O Projeto TJ Sustentável será realizado através de 03 ações: substituição gradativa dos copos descartáveis por canecas, plantio de mudas por Servidores em áreas verdes e coleta seletiva de lixo.

Conforme recomendação da equipe de líderes constituída por Desembargadores, Juízes e Diretores, na reunião de 30.11.09, foi recomendada a inclusão das seguintes ações:

Medição de restituição de carbono;

Adoção de parâmetros ecológicos nas construções: edifícios ecologicamente corretos

### Alinhamento estratégico

Objetivo Estratégico:

Promover ações de responsabilidade social e ambiental

### Clientes do projeto

Tribunal de Justiça e Fórum de Palmas

### Justificativa

Economia com aquisição de copos descartáveis.

Desenvolvimento da consciência da preservação do meio ambiente entre os Servidores.

Redução na produção de lixo, contribuindo para redução da poluição e para a economia de recursos naturais como água, energia e outras matérias-primas.

## 41 - TRIBUNAL ON-LINE

### Escopo ou finalidade do projeto

Disponibilização de cálculos, emissão dos boletos e certidões, no site do Tribunal de Justiça, para os jurisdicionados.

### Alinhamento estratégico

Objetivos Estratégicos:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Facilitar o acesso à Justiça

### Clientes do projeto

Diretorias

Divisões

Seções

Usuários do Tribunal de Justiça

Jurisdicionados

### Justificativa

O presente projeto tem como objetivo garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, bem como facilitar o acesso à Justiça, ofertando comodidade e satisfação ao jurisdicionado e, concomitantemente, melhora considerável no atendimento ao público, com redução do fluxo de pessoas nas dependências judiciais e celeridade nos trabalhos internos de forma a seguir as tendências dos Tribunais Superiores, à Ordem Mundial, a informatização.

# **ANEXO 3**

## **PROJETOS PRIORIZADOS**

PLANILHA DE PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS																	
Ordem de priorização	Projeto	Peso ponderado considerado para cada variável										Pontuação	Custo total do projeto em Reais	Duração em meses	Impacto do projeto no objetivo		
		Complexidade	Determinação legal	Impacto na meta	Probabilidade de sucesso	Resultados a curto e médio prazo	Situação de implementação	Prazo (*)	Custo (*)								
1	Construções de Sede própria em Comarcas	4	0	5	4	5	1	0	0	93							6
2	Reforma de sedes de Comarcas	4	0	5	4	5	1	0	0	93							6
3	Construção das Unidades Judiciárias	5	0	5	4	4	1	0	0	91							5
4	Elevar a arrecadação do Funjuris	3	0	5	3	5	2	0	0	91							4
5	Alteração da Lei de Organização Judiciária	3	0	5	4	5	1	0	0	91							5
6	Reorganização do sistema judiciário de protocolo	2	5	3	3	5	1	0	0	91							5
7	Reestruturação do Plano Cargos e Carreiras	1	5	4	2	4	0	0	0	89							5
8	Mapeamento e redesenho dos processos adm	4	0	5	5	4	0	0	0	89							5
9	Mapeamento e redesenho dos processos judiciais	4	0	5	5	4	0	0	0	89							5
10	Programas de aperfeiçoamento e especializ. Magistrados	3	0	5	4	4	1	0	0	87							5
11	Infraestrutura e tecnologia para ESMAT	3	0	5	4	4	1	0	0	87							4
12	Implantação proj EAD e presencial para servidores	3	0	5	4	4	1	0	0	87							6
13	Promoção da gestão de pessoas por competência	3	0	5	3	5	0	0	0	85							5
14	Adequação do edifício da Corregedoria	4	0	3	5	5	4	0	0	85							5
15	Reforma geral do Tribunal de Justiça	3	0	4	4	5	1	0	0	81							5
16	Vigilância eletrônica com monitoramento 24h	3	0	4	3	5	2	0	0	81							5
17	Virtualização acervo acórdãos, indexação, busca proc e jurisp	3	0	4	4	5	1	0	0	81							5
18	Segurança de redes	2	5	3	2	4	0	0	0	81							5
19	Consolidação do ambiente de TIC	2	5	3	2	4	0	0	0	81							6
20	Promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores	3	0	4	4	5	1	0	0	81							3
21	Implantação de software de aud interna	4	0	4	3	5	0	0	0	77							4
22	Elaboração de Manual Técnico	2	0	4	4	5	0	0	0	76							4
23	Modernização da Gestão Patrimonial	4	0	3	3	5	3	0	0	76							4
24	Implantação software de gestão orçam e financ	3	0	4	3	5	0	0	0	75							5
25	Informatização do gerenciamento de contr e conv	3	0	4	4	4	0	0	0	74							4
26	Totem de pesquisa processual	3	0	3	5	5	1	0	0	74							4
27	Monitoramento das metas e indicadores estrat.	2	0	4	3	5	0	0	0	73							5
28	Implantação sist. controle estatístico	4	0	3	4	5	1	0	0	73							5
29	Realização de pesquisa de clima organizacional	3	0	4	2	5	0	0	0	72							3
30	Gerenciamento de correspondências e malotes	3	0	4	3	4	0	0	0	71							3
31	Plano de Publicidade e Marketing	3	0	3	4	5	1	0	0	71							4
32	Certificação digital	3	0	3	4	5	1	0	0	71							3
33	Reestruturação e incrementação do FUNCIVIL	3	0	4	3	4	0	0	0	71							3
34	Gerenciamento eletrônico de documentos	2	0	3	5	5	0	0	0	69							3
35	Sala cofre	1	5	2	2	4	0	0	0	69							2
36	Construção Anexo do Tribunal de Justiça	3	0	4	3	3	0	0	0	67							3
37	Comunicação visual	2	0	3	3	5	1	0	0	66							3
38	Disseminação de parcerias	3	0	3	4	3	1	0	0	63							2
39	Implantação e modernização da Biblioteca	3	0	3	4	3	1	0	0	63							2
40	TJ sustentável	3	0	4	3	2	0	0	0	63							3
41	Tribunal on-line	3	0	3	2	5	0	0	0	62							3
	<b>Total</b>										0	###	0	0	0	0	16

(\*) Observação: Os dados relativos ao prazo e custo não foram considerados na pontuação pois não estão disponíveis. Os projetos foram elaborados somente até o nível de justificativa.

IMPACTO DO PROJETO NO OBJETIVO

MUITO ALTO 66 ALTO 36 MÉDIO 44 BAIXO 23